

O melhor governo é o que nos ensina a nos governarmos a nós mesmos.

GOETHE

# CORREIO PAULISTANO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA

Errareis sempre forçando a vossa consciência a não ver o que ella vê.

A. COQUEREL

SEDE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
RUA LIBERO BADARO N.º 2 — CAIXA POSTAL "D"

S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1934

FUNDADO NO ANNO DE 1854  
ENDEREÇO TELEGRAPHICO "PAULISTANO" — S. PAULO NUM. 24.022

## O CASO DO "CORREIO PAULISTANO"

### Brilhante decisão do digno juiz da 5.ª vara cível

"Deixando que as decisões inferiores transitam em julgado PARA DESRESPEITABILAS, PUBLICAMENTE, o auxiliar do Executivo Estadual expõe os INFORTUNADOS JUÍZES de primeira instancia a UMA SITUAÇÃO ANGUSTIOSA, DEPRIMENTE E SOBREMODO INJUSTA."

Nos autos referentes ao caso do "Correio Paulistano", o dr. João Baptista Leme da Silva, juiz da 5.ª Vara Cível e Commercial, acaba de proferir a seguinte decisão:

Com a juntada e a larga divulgação do officio de fls. 243, em que um preposto do sr. secretario da Fazenda e do Thesouro do Estado de São Paulo, falando em nome de seu superior hierarchico, annuncia desassombradamente que as determinações judiciais serão desrespeitadas pelo referido auxiliar do executivo local, para que se revele a conduta recalcitrante e honesta dos juizes que funcionavam neste feito, cumpre-se reproduzir os factos e o desenrolar dos acontecimentos.

Em 5 de janeiro de 1931, o interventor cel. João Alberto Lins e Barros, depois de arrematados os machinismos, accessórios e pertences existentes nas officinas do jornal "Correio Paulistano", decretou a sua desapropriação. O processo desta correria de accordo com a legislação então em vigor, com as modificações estabelecidas no decreto estadual n.º 4.215, da mesma data. No art. 2.º, letras d e e, derogando o canon constitucional contido no art. 72, § 17, da antiga Constituição e reproduzido no art. 113, n.º 17, da vigente, bem

como dispositivos de direito substantivo, que autorizam somente a desapropriação mediante prévia indemnização do preço dos bens expropriados, dispunha o decreto do interventor paulista:

"A importância da avaliação será, em qualquer caso, consignada no Thesouro do Estado;  
Em qualquer hypothese, o depósito da referida importância não poderá ser levantado senão por quem, com qualidade para isto, apresentar quitação do Thesouro do Estado, após o acerto de contas."

Em consonancia com o preceito reproduzido, foi processada a desapropriação, avaliada a massa dos bens já arrecadados pelo executivo estadual e, afinal, o M. Juiz da Quarta Vara Cível proferiu a sentença de fls. 74, por via da qual incorporava legalmente os bens desapropriados ao patrimonio da Fazenda do Estado e ordenava — se consignasse no Thesouro Estadual, como determinava o art. 2.º, letra d, do decreto n.º 4.215, a disposição do juiz, de harmonia com o que dispõem o art. 668 do Código do Processo e arts 973, ns. IV e V e 975, segunda parte, do Código Civil.

A fls. 77, compareceu em cartório o representante da Fazenda e, em obediência a sentença, declarou que, tendo depositado no Thesouro do Estado a importância da indemnização, homologada por sentença, ou seja a quantia de Rs. 975.134.900, dita importância ficava consignada a disposição do M. Juiz da 4.ª Vara Cível "para ser levantada por quem este mesmo juiz determinasse, uma vez satisfeitas as exigências legais e especialmente as disposições do dec. n.º 4.215".

A fls. 78 encontra-se a certidão do depósito (conhecimento n.º 6.795).

O "Correio Paulistano" não se conformou com o dispositivo da sentença que ordenou o depósito, em vez da entrega imediata do prego.

Desistindo do recurso, e, sendo chamado para opinar, o sr. ministro Procurador Geral do Estado (dr. Manoel Carlos), concordando com a desistência, em errore vaticinio, declarou textualmente:

"As decisões da instancia inferior serão cumpridas, está claro, tal como nellas se contém e declara. Fiquem, entretanto, bem explicito, desde já, que a desapropriação decretada pelo interventor federal, simples delegado do Chefe do Governo Provisorio, deve considerar-se para todos os efeitos, como acto da União. A Fazenda do Estado de São Paulo nada tem que ver com esse acto". V. fls. 150.

As palavras são transparentes. Dellas se infere, nitidamente, que o representante da Fazenda Estadual, prudentemente, queria afastar desta questão qualquer consequência prejudicial decorrente do acto praticado pelo delegado do Governo Provisorio.

Voltando os autos ao juiz inferior, requereu o "Correio Paulistano" se expedissem mandados de levantamento da importância depositada a favor das pessoas mencionadas na petição de fls. 151 e da propria requerente. A Fazenda impugnou a pretensão com allegação a fls. 157 que até então não tinham sido cumpridas exigências do decreto estadual numero 4.215.

Atendendo ás exigências, a S. A. "Correio Paulistano" juntou documentos pelos quaes se verifica que a supplicante estava legalmente representada em juizo. V. docs. de fls. 178 e 179.

da Quarta Vara, o integro magistrado dr. Silva Barros, não teve duvida em acolher o pedido, que deferiu, proferindo o despacho seguinte:

"J. sim, expedindo-se o officio ao Thesouro para levantamento da importância devida á requerente, com as deducções com as quaes a requerente já concordou e mais a que accrescer, de impostos."

Esse despacho foi exarado no dia 22 de novembro de 1933. Immediatamente, foram expedidos os seguintes officios requisitórios:

a) um de Rs. 226.911\$630, a favor da S. A. "Correio Paulistano", deduzidas as importâncias dos impostos devidos e as quantias correspondentes aos demais requisitórios;  
b) outro, do valor de Rs. 9.344\$900, a favor do dr. J. A. Alvarez Otéro;  
c) outro, finalmente, a favor de Mergenthaler Linotype Com., do valor de Rs. 123.000\$000, V. fls. 192, 195 e 197.

A Fazenda do Estado não recorreu da decisão que dirimiu a controversia suscitada a propósito do levantamento da quantia depositada e julgou cumpridas as exigências do art. 2.º, letra e, do decreto numero 4.215. Legalmente, o processo estava findo, não restava outro recurso ao Thesouro Estadual senão acatar a deliberação do M. Juiz da Quarta Vara, de vez que se dividava na especie uma decisão com transitio em julgado. Cumprindo, no entanto, em parte, as determinações da desditosa magistratura estadual, a Fazenda não effectou o pagamento ordenado a favor do "Correio Paulistano".

Escoando-se o tempo, sem que o Thesouro desse cumprimento á mencionada requisição, a S. A. "Correio Paulistano" reclamou de novo a satisfação de seu credito, ao mesmo tempo que pedia que o depósito existente no Thesouro Estadual fosse recolhido á Caixa Economica Federal, em obediência ao disposto no decreto federal n.º 19.227, de 13 de Maio de 1931, que estatue, expressamente:

"Serão recolhidos obrigatoriamente ás Caixas

Economicas, onde as houver, as importancias em dinheiro dos depósitos judiciais."

Ouvida a Fazenda, redarguiu esta que tinha idoneidade bastante para manter o depósito em seu poder, pelo que não era de applicar-se o preceito legal acima reproduzido. Quanto ao inadimplemento da requisição judicial, ponderou, intempestivamente, que o Thesouro descobria indices documentaes de que mais de tres quartas partes das acções da S. A.

### Não parece declinar a crise nas milicias nazistas

A PROIBIÇÃO DO USO DE UNIFORMES PODE SER DE RESULTADOS PERIGOSOS

BERLIM, 18 (H.) — A crise, cuidadosamente dissimulada, que reinava nas milicias nazistas antes da repressão de 30 de junho ultimo, não parece declinar com as medidas tomadas e com o licenciamento provisório dos milicianos, ordenado pelo "Fuehrer", em consequência dos ultimos acontecimentos.

As circumstancias em que os milicianos, actualmente dispersados nas suas familias, não estão mais sujeitos á influencia directa de seus dirigentes, cria, tanto no opinio pública como nas milicias, um estado de incerteza, que não foi dissipado pelas declarações tranquilizadoras do chancelier e do chefe do Estado Maior das segredos de assalto. Numerosos milicianos, sobretudo os mais antigos, consideram punição a prohibição do porte do uniforme, que representava aos seus olhos um traje de honra.

Este estado de espirito reinante nas milicias preoccupa vivamente os meios dirigentes.

O "Fuehrer", em seu discurso pronunciado perante o Reichstag, disse — dirigindo-se á milicia — que, a partir de 1.º de agosto, a "camisa parda" voltaria a ser o distintivo de honra do partido Nazista e dominaria de novo.

A "National Zeitung", de Essen, chega mesmo ao ponto de annunciar que a prohibição do porte do uniforme será suspensa dentro de poucos dias. Embora esta noticia não esteja confirmada, é de acreditar que o organ nazista não a haveria lançado sem fundamento.

PARIS, 18 (H.) — O sr. Octavio Mangabeira, acompanhado de sua esposa e filha, deixou a 25 do corrente esta capital pelo "Sul Expresso", com destino a Lisboa, onde deve embarcar a 31 do corrente a bordo do "Alcantara", de regresso ao Brasil.

### O sr. Octavio Mangabeira deixará Paris no proximo dia 25

PARIS, 18 (H.) — A directoria do Clube 3 de Outubro publica a seguinte nota: "O Clube 3 de Outubro, mantendo o seu ponto de vista, já tornado publico, inclusive no seu ultimo manifesto, reconhece não dever prejudicar, de vez que já é assumpto liquidado a questão presidencial.

Liantem-se o clube em expectativa, appellando para os seus companheiros, afim de que se mantenham coesos, promptos a attender a qualquer chamamento em defesa da obra revolucionaria.

As occurências ultimamente noticiadas pelos jornaes e que motivaram algumas prisões, ao contrario do que esperavam os inimigos do Clube, não correram para a evidencia de que o Clube se conduz com elevação digna dos principios do seu programma, importante com o des-

"Correio Paulistano" eram de propriedade do mesmo Thesouro, V. fls. 210 e 211. Dessa assertiva nenhuma prova abonatoria foi produzida.

Pela petição de fls. 216, o "Correio Paulistano" insistiu no pedido, e, como o requerimento fosse subscrito por um profissional parente proximo do titular da Quarta Vara Cível, afirmou este seu impedimento legal. Na qualidade de primeiro substituto, estudando a causa, proferi a decisão de fls. 236 e 237 em que renovava a requisição feita pelo juiz substituido.

Expedido o officio, reiterando a requisição, em 30 de maio de 1934, a Fazenda do Estado, ainda desta feita, conformouse com o despacho prolatado, pois não interpoz qualquer recurso para a Superior Instancia.

Mas como o tempo se esgotasse e não recebesse este juiz qualquer communicação a respeito do destino emprestado ao officio expedido, e, considerando tal attitude como uma recusa de cumprimento á ordem judicial, o "Correio Paulistano", estribado no art. 824 do Cod. do Proc., requereu busca e apreensão da quantia consignada, medida esta preconizada pela legislação processual para a restituição das cousas depositadas, no caso de recusa injusta de sua restituição ou entrega por parte do depositario. Mandei ouvir a Fazenda no prazo de 48 horas.

Acendendo agora ao appello judicial, o dr. secretario da Fazenda, delegando poderes a um auxiliar da Procuradoria Fiscal, respondeu ao officio deste juiz para declarar que não cumpria as requisições, por isso que o "Correio Paulistano", segundo as conclusões das comissões de syndicança, era responsável pelo recebimento indevido de dinheiros publicos.

Neste passo, pergunta-se: Se o Thesouro do Estado tem motivo relevante para oppor-se ao pagamento, porque não recorre das decisões da primeira instancia? Dado provimento ao recurso porventura interposto.

A Fazenda teria seus direitos assegurados por uma decisão superior, irreversivel. No caso de confirmação das decisões recorridas, o dr. secretario da Fazenda, sem desdouro, escudado num aresto do Egregio

### CONGRESSO DE NEUROLOGIA

A REUNIAO FOI PRESIDIDA PELO PROFESSOR ANTONIO AUGUSTO TREGENTIO

RIO, 18 (H.) — Inaugurou-se hoje o 4.º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal. A reunião foi presidida pelo professor A. Augustentio, que completa nesta data 25 annos de professorado e participou dos trabalhos os professores Henrique Roxo, Aluizio de Castro, Vampiro, de B. Paulo; Codeceira, de Pernambuco; Ulysses Vianna, Pacheco e Silva, e Jefferson de Lemos, director do Hospital dos Alienados.

As sessões do Congresso proseguirão diariamente até o dia 25 do corrente.

### O "COMLOT" CONTRA A CONSTITUINTE E O CLUBE 3 DE OUTUBRO

Uma ameaça?

RIO, 18 (H.) — A directoria do Clube 3 de Outubro publica a seguinte nota: "O Clube 3 de Outubro, mantendo o seu ponto de vista, já tornado publico, inclusive no seu ultimo manifesto, reconhece não dever prejudicar, de vez que já é assumpto liquidado a questão presidencial.

Liantem-se o clube em expectativa, appellando para os seus companheiros, afim de que se mantenham coesos, promptos a attender a qualquer chamamento em defesa da obra revolucionaria.

As occurências ultimamente noticiadas pelos jornaes e que motivaram algumas prisões, ao contrario do que esperavam os inimigos do Clube, não correram para a evidencia de que o Clube se conduz com elevação digna dos principios do seu programma, importante com o des-

Tribunal, cumpria a decisão judicial, com a consciencia tranquilla, por isso que exgotara todos os recursos legais em defesa dos interesses legitimos do erario publico.

Deixando que as decisões inferiores transitam em julgado, para desrespeitabilas, publicamente, o auxiliar do Executivo Estadual expõe os infortunados juizes de primeira instancia a uma situação angustiosa, deprimente e, sobremodo injusta. Não obstante,

A medida ora pleiteada pelo "Correio Paulistano" (busca e apreensão) não pôde ser deferida, visto como na especie não se antolha no juiz um depósito de cousa individualizada, especificada. De resto, o seu deferimento, com relação á supplicante, teria effeito meramente platonico. Tudo indica que a decisão judicial não seria respeitada, não dispondo a magistratura dos meios coercitivos para fazer cumprir sua determinação, eis que o desacato partiria do proprio poder deontor da força, a ser requisitada. Poupa-se, assim, um novo attentado.

Nem se diga que tal affirmativa implica no reconhecimento da anulação do poder judiciario, em face do executivo estadual. É possível. Na especie, de facto, a attitude que o dr. Secretario da Fazenda vem mantendo e AMEAÇA manter, vale por uma obstinação irremovivel. Seja como for, a victoria do executivo, baseada num acto de prepotencia, será fugaz e passageira.

Ainda recentemente, o deputado paulista, prof. Alcantara Machado, depois de proferir que o poder judiciario saberá manter-se á altura das suas gloriosas tradições no applicar os dispositivos impostos pela dictadura na elaboração da nossa Carta Magna, advertiu que são curtas e efemerias as victorias e inexoraveis as derrotas da prepotencia, porque sempre sobre a lei ha de prevalecer o direito. A Justiça acaba por vencer a iniquidade. Por ultimo,

Aos que não me conhecem pessoalmente, direi que ingressei para a magistratura pela porta larga de um concurso, memoravel, realizado, sob as vistas severas e serenas do impoluto dr. Firmino Whitaker, então presidente do nosso Egregio Tribunal. Obtendo classificação honrosa, galguei todos os postos da magistratura graças unicamente á indicação, em primeiro lugar, operada por aquelle Colosso Tribunal. A mesma attitude erecta com que ingressei para a magistratura, venho mantendo, mercê de Deus, até hoje. Ainda agora, removido da 1.ª Vara de Santos, por acto do governo actual, para a 5.ª Vara desta comarca, recebi de meus jurisdicionados, sem distincção de classes ou de credos politicos, a mais confortadora consagração que almejar ao dar por encerrada determinada tarefa. Aureolado pelo respeito de todos, deixei a comarca de Santos, após exercer a judicatura durante seis annos, atravessando a quadra tormentosa que affligiu o nosso Estado e quicá todo o paiz. Agindo sempre com ponderação e serenidade, não seria agora, com os cabellos já encanecidos, que viria propiciar a pratica de um desacato, com repercussão sobre toda a magistratura. Exerendo as funções de meu cargo com notavel modestia, mas com inextinguível devotamento e entusiasmo, no momento em que perceber que me falta o apoio moral dos jurisdicionados, não hesitarei um só instante em abandonar este cargo que tanto prezo, após consagrar-lhe todas as energias da minha mocidade.

Ultima consideração.

Allega-se no INSOLITO OFFICIO de fls. 243 que as comissões de syndicança, extincas por acto do Governo dictatorial, apuraram a responsabilidade da S. A. "Correio Paulistano" por quantia superior a cem contos.

A verdade é que ao resultado da investigação procedida pelas referidas comissões se contrapõe a "OMADA DE CONTAS" processada na pro-

pria Secretaria da Fazenda, a qual resaltou a nenhuma responsabilidade da referida sociedade pelo recebimento de quantias pertencentes ao erario publico.

Note-se que a tomada de contas é posterior ás investigações das mencionadas comissões.

De resto, entre o parecer, de caracter meramente opinativo, das comissões de syndicança, e a decisão de um juiz togado, acredito que não haverá no Estado um magistrado que hesite um só momento em dar preponderancia á decisão que foi proferida pela magistratura regular.

Os documentos ora juntos servirão, no entanto, para instruir qualquer medida legal que o representante do Estado queira lançar mão para salvaguarda de seus direitos, perante o juizo competente.

Por taes fundamentos, declaro mantida as decisões anteriores, continuando de pe os officios requisitórios já expedidos.

Desta decisão, o escripto extrahirá uma copia que deverá ser remetida ao Egregio Ministro Presidente do Tribunal de Justiça e do Conselho Disciplinar da Magistratura.

Intime-se.

São Paulo, 18 de julho de 1934.

(a.) J. P. LEME DA SILVA

### A ELEIÇÃO DO SR. GETULIO A UM VESPERTINO

DECLARAÇÕES DO SR. PLINIO C. OLIVEIRA

O sr. Plinio Corrêa de Oliveira concedeu uma entrevista a um vespertino desta Capital, sobre a eleição do sr. Getulio para a presidencia da Republica, tendo declarado mais ou menos o seguinte.

O sr. Getulio Vargas devia ter retirado a sua candidatura desde que a sentiu repudiada pela opinião publica.

Com essa attitude, o dictador teria concorrido para o apaziguamento dos espiritos e para o restabelecimento da concordia entre os brasileiros.

O facto de ter o dr. Plinio Corrêa de Oliveira dado o seu voto ao sr. Borges de Medeiros foi justificado pelo entrevistado da seguinte maneira: o sr. Borges de Medeiros não é um espirito intolerante, e tão grande é a evolução de suas idéas, restes ultimos tempos, que ellas hoje se mesclam e se confundem com o catholicismo.

Aliás, o elemento catholico da Assembla Constituinte teve um coordenador: o sr. Amaro Lima. E este pensa que não ha mais um motivo de ordem religiosa que impeça um catholico de votar no sr. Borges.

As razões pelas quaes São Paulo não podia e não devia suffragar o nome do dictador foram condensadas no discurso que o sr. Cincinato Braga pronunciou, ultimamente, na Assembla.



**ORIGINAL COM DEFEITO**







# THEATRO Comissão Coordenadora Municipal do P.R.P. R A D I O

## "RIDENDO CASTIGAT MÓRES"

Não acredito na absoluta eficácia do velho e conhecido brocardo que diz: "do riso vem a cura". Nem sempre o riso corrige estapas. Mas é um balsamo consolar, para os espíritos leões, formados, comestíveis, nas azas leves de um sorriso, os defetos alheios.

Sua função tem a água de valva escapatoria de maus humores concentrados. Camuflado, ha sorrisos que ferem mais que acerbados punhaes. Sam tais estapas, anda hoje, encontram apredadores. Labiche, estas peças, ainda hoje, encontram apredadores. Um velho genero theatral que penetra no maravilhoso carnaval da vida e, de vez em vez, arranca mascaras, deixando em exposição e sem camomari, nudezas revoltantes ou, apenas, dolorosas e facilmente.

Nudezas que todos nos apresentamos através das mascaras bem afeitas das mundanas cortezias, pelas mentiras convencionadas. A perfeição do mundo realista justamente desce habes estapas, dessas povoadas bloqueadas, dessa multifaria série de contrastes violentos e injurias "aradas que o tolo e o tempo corrigem fatalmente. Um verdadeiro amigo, todo sinceridade, dedicação, desinteresse, não passar despercebido os olhos do ente a quem fornece valiosa assistência, porque os agradecimentos católicos, as homenagens de gratidão vão endereçadas ao garço que acodem a mente. De-as estapas ha individuos tão habis, tão suggestionadores, tão negatios e venustos, que soporam e anesthem a desconfiança e o juizo critico dos collados de quem se tornam verdadeiros parafusos, de quem se auferem lucros e tiram proveitos, que, estes desgraçados, ainda se julgam devedores e olham o sangue-suga como um generoso protector!

Em compensação ha outros que dão tudo, sacrificam a propria camisa do corpo e o favorecido nada percebe! Todos estes aspectos dolorosos da vida do homem, de facil observação diuturna, vamos encontrar nas desopilantes comedias de Labiche.

Mas, nem "ridendo" assim, conseguiu o "castigat mores". A humanidade, apesar do seu desmedido orgulho, não passa ainda de uma criança balbuciente, tendo-se em vista a idade de existência da terra habitada e o futuro que a espera.

Tempo virá, dentro, talvez, de milísimos milhares de seculos, em que a evolução dos bons sentimentos fraternos dos homens não mais terá necessidade de purificar costumes a poder de risos. E o theatro então... mas o melhor é parar, mesmo porque me falecem dons propheticos.

M. N.

(Continuação da 3.ª pag.)

cedora, nosso partido, cahiu, mas não vergou. Foi vencido, mas não se acabou. Tombou, mas não se humilhou. Já mais sentiu vergonha da derrota, porque della salvou a dignidade impolvida das suas tradições e a austeridade admirável de sua coherencia.

Na hora critica da sua queda encontrou um symbolo soberbo do seu valor, na varonilidade magnifica daquelle presidente, cuja dramatica prisão teve de ser effectuada por um Principe da Igreja, porque não foi capaz de a effectivar nenhum dos heróis do momento.

Dahi em diante, manteve-se coheso e unido, calcando forças na força da adversidade. Retemporeu sua tenacidade no fogo das persiguições, no chicotimento das injurias e no esbozo cruel das luctas e das calumnias. Apenas neste anno, após as eleições de tres de maio, alguns companheiros, felizmente poucos, bandearam de nossas fileiras e foram brilhar nessa mistura de sobras, manipulada pelos "Democratistas", com que se formou o partido constitucionalista.

Estes poucos filios transviados, foram, entretanto, prodigamente substituidos pela adesão de numerosissimos valores outros, até então alheios ás luctas partidarias no Estado.

Refletas nossas cohortes, engrossados os nossos quadros, continuamos a manter a mesma intransigente e dignificante attitude em relação ao governo ditatorial instalado em nosso paiz.

Não houve nella, sr., nem capricho, nem personalismo. Houve, apenas, apeço aos principios e fidelidade á tradição.

Na vida dos povos, não vale a insignificancia de certos vultus humanos. Passam e somem na vagem do tempo e no atropello dos acontecimentos.

Combateamos a ditadura porque ella era nefasta ao paiz. Nascida do despeito, da insinceridade e da ambigão, haveria de dar, como deu, os frutos molinos que estes sentenços podem gerar.

Ahi estio alics para confirmar o nosso prognostico da primeira hora. Bastou examinar os cinco mil e muitos decretos em que ella condensou a sua obra, para logo se ver a inferioridade de seus propósitos, a esterilidade da sua ideologia, a fatalidade de seu programma e a existência assustadora da sua incapacidade.

O governo disciplinario começou por produzir no paiz a eversão fundamental de todos os valores. Plantou a cizania. Cultivou a indisciplina. Generalizou a desordem politica, a desordem financeira, a desordem juridica, a desordem administrativa, a desordem moral.

Espalhou na atmosphera do paiz o excitante da desconfiança, oriunda da exhibição de agitações reprováveis, entre ellas o deslaminamento. Na phrase de um jornalista vibrante, "menos se comprazia o governo de administrar com acerto, que de enganar com arte".

E tudo isto, entre actos ora humorísticos em sua simplicidade, ora perversos em suas consequências; mas sempre nocivos ao bom nome e aos interesses publicos.

Ahi vão alguns, a titulo apenas illustrativo:

Fundou um ministerio da Educação e desde então instituiu os exames por decreto e a alvorada por media, realizando a barafunda do ensino.

Abriu um ministerio do Trabalho e logo de entrada, deu de imitar velhas nações demographicamente saturadas, para descobrir "homens sem trabalho", num paiz de imigração, como o nosso. E andou levantando o cadastro dos desocupados.

Crou Calkas de Aposentadorias e Pensões, sem obediencia a nenhum principio mathematico e sem nenhum fundamento actuarial, destinadas ao mais estrondoso dos fracassos logo que se incrementarem as aposentadorias ordinarias.

Insistiu no seu vèzo despreocupado, de imitar, estabeleceu a hora de verão e mandou adiantar em certa quadra os relógios, neste pedaço do globo, por onde passa a linha do Equador.

Prohibiu a clausula ouro nos contratos, como se fosse possível hoje, a qualquer paiz civilizado, dar como inexistente a realidade internacional do cambio.

Impediu a entrada de machinismos industriais, para combater o que elle chamou de industrias artificiaes do São Paulo.

Subtrahiu ordens de pagamento ao exame previo do Tribunal de Contas e mandou registrar nesse Tribunal, entre outras, uma despesa descomunalmente monstruosa, independentemente da apresentação de comprovantes.

Regulamentou a exportação de frutas e com isto arrazou toda uma safra dos fructificadores lumenes.

Proteu de defender os productos do assucar, impediu São Paulo de fabricar, para seu consumo, este genero de primeira necessidade.

Baixou decreto diminuindo as garantias de immovabilidade e irreductibilidade de vencimentos dos funcionarios publicos, inclusive dos magistrados.

Deu, por decreto, ao Estado de Minas, um largo trecho do territorio de São Paulo.

Emittiu papel moeda sem lastro.

Pontificou a obrigatoriedade do consumo do alcool motor em vehiculos construidos para consumir gasolina.

Instituiu os tribunales especiaes do anodinos quanto dispendiosos fracassados em extenuantes apurações sem sentença.

Sem saber como reorganizar o Lloyd Brasileiro, susta, por decreto o prosseguimento do pedido judicial de sua fallencia; p... a prazo de sua infallibilidade, prejudicando e decepcionando seus credores.

Movê guerra aos latidinos, num paiz onde a terra sobeja e o homem escasseia.

Espavorou o funcionalismo publico, para superiorar as repartições com apunhações effectivas e protegidos com decretos de nomeação, a caçada diabolica aos cartorios, escrivães e mais cargos.

Crou, para o porto de Santos, uma situação de injuria caresta de importação.

Com sua politica cambial, prejudica aos lavradores paulistas, an-

nuamente, em milhares de contos de réis.

Não se preocupa a realidade das coisas, mas o mascaramento do seu aspecto. Um exemplo, dentro multos, elucidado a affirmacão:

A 17 de dezembro de 1930, balha um decreto extendendo o exercicio financeiro até maio de 31. Com isto, altrou ás costas do governo deposito o "deficit" surpreendente daquelle periodo. A 16 de setembro de 1931, restabelece o findamento do anno fiscal em 31 de dezembro. Diminue, com isto, o "deficit" por elle produzido naquello anno.

Em 15 de abril de 33, manda findar de novo em dezembro o anno fiscal e com isto sacode á conta da revolução paulista de 32 o "deficit" monstruoso, com que vae arruinando as finanças publicas.

E o regime malabar do despalatista da opinião publica.

E como coramento de sua obra de disciplina, teve de haver-se com duas graves de funcionarios publicos, as primeiras que se verificaram no Brasil.

Já votada a Constituição da República, enquanto se procedia ao trabalho literario de sua redacção final, brota no governo, com uma violenta irrupção, o sarapiao legislativo. E o "Diario Offical" do sabado ultimo noticiou a assignatura de nada menos que trinta e um decretos-lets num só dia!

E tudo isto decorreu no enredo da maior burburia ornametaria, com "defeitos" que sobem a varios milhões de contos de reis, estrondoso o thesouro, sem nenhum proveito material para a nação, em romboes que lhe não deram os quarenta annos de Republica, dentro dos quaes se construiu quasi tudo quanto o paiz hoje possui.

Estabeleceu como regra a impossibilidade nos pagamentos, sobretudo das obrigações externas.

Anstrou todos estes males pelos Estados e municipios, em ramificações pimpolhas de administradores discreditos, já estigmatizados numa fertil literatura de critica politica e celebrizada, com o ferrete da ignominia, neste jubileu da insensibilidade moral, que é o caso famigerado da bahia.

Contam-se por quasi meia centena os livros contra a ditadura escritos a respeito da revolução de São Paulo. Sobre o que se passa em outros Estados, abundantes são os pamphletos e os libellos accusatorios: — "O 22 de agosto", "Sobre os mofados do inferno", "Destacão e Humilhação da Bahia", "Accusoi", "O assassinato de Carlos Ripoli", historias de contrabandos e tropelias nas fronteiras, e toda a florada de tomcs e de opusculos, com que a indignação dos escriptores solapa e flanqueia a censura imposta á imprensa.

Razões sobejas tivemos, portanto, nós os perreplistas, para combater a ditadura, não pelos seus homens, mas pelos seus actos de maldade.

Senhora absoluta do poder, sem os entraves das discussões parlamentares, ou da critica dos jornaes, faltaram-lhe visão e aptidão para as reformas fundamentais. Nada crou de novo, de grande, ou de util. Limitou-se a piorar o que encontrou.

Não pôz no paiz um preço, mas dispensou dinheiro como se o tivesse construido de novo. Foi intapaz, litteralmente incapaz, na mais demorada e prejudicial das incapacidades.

Promulgou que foi a Constituição federal, clarearam-se os horizontes patrios, com a alvorada de uma esperança. Já ha frelos para os desmandos. Já ha caminhos largos para a elaboração das leis. Já ha garantias legais para os direitos. Já ha fiscalização do executivo. E' muito. E' quasi tudo.

Mas, logo no inicio da vigencia da lei fundamental, a eleição do presidente da Republica desrespeitou um dos principios basicos da nova organização politica: a transitoriedade das investiduras governativas.

O proprio dictador foi feito presidente.

Por mais elevadas que sejam as preoccupações doutrinaarias dos sociologos, é-lhes impossivel negar que a todo governo se incutem as caracteristicas pessoas, de quem o exerce. As directrices administrativas, em toda parte, muito emanam das qualidades e dos defeitos, do caracter, do temperamento, da personalidade, enfim, do governante da nação. O governo é sempre um reflexo humano. Os homens não mudam, senão para peor. A evolução é um processo lento de aperfeiçoamento minimo. A regeneração é um sonho que os criminalistas tentam realizar na escola do castigo.

Estas noções dançam agora em nosso espirito quando estamos empunhados em uma decidida pregação civil.

O presidente da Republica, porém, foi eleito regularmente, de conformidade com o preceito constitucional e por uma assembleia legitima.

Cumpro-nos, pois, a nós perreplistas, segundo os principios de nosso programma, acatir-lhe a autoridade até o fim de seu mandato. Acatamos com absoluta fidelidade, repellido de nossas escovantes inimizades, lançadas no ar, a respeito de actividades conspiradoras porventura reaes.

Accelamos o governo legalmente constituído para, dentro da lei e pelos processos nella consagrados, fiscalizar-lhe os actos.

Se elle mantiver a orientação que os factos tornam licito perceber, se elle conservar a directriz que a logica permite enxergar, se o seu futuro for o prolongamento do seu passado, affirmada estará nossa attitude: — a da mais util, mais nobre e mais leal opposição.

E' nosso intuito fazer a o mais alto possivel, obediétes ás normas de delicadeza com que os homens civilizados dissemem de seus semelhanças, submetendo aquellas leis fidalgas da cavallaria, hoje apimodadas no codigo da civilidade.

Com duas armas limpas e elegantes travamos a lucta: — com o voto, nas eleições, que defenderemos até ás ultimas consequências, e com a palavra, que brandiremos, como um florido de luz, nos parlamentos, na imprensa e nos comicos.

Para isto estamos preparados. Chefes! commandae!

UMA HOMENAGEM AO DR. SYLVIO DE CAMPOS

O dr. Altino Arantes concede, a seguir, a palavra ao dr. José Carlos Pereira, que em nome dos directores districtaes da Capital, fez o elogio do dr. Sylvio de Campos.

O dr. Sylvio de Campos deve começar dizendo publico que na noite do 22 de agosto, quando o Brasil, nunc transigiu, nunca perdeu a dignidade de ser o paiz da civilização. Diz a seguir que a acção do dr. Sylvio de Campos ficara na historia como um exemplo ás gerações vindouras. Pnia, a seguir, na cpoça de julho, e historia os antecedentes do movimento, demonstrando a acção do P. R. P. Commenta a attitude do P. R. P. que quer arregar-se em dono daquelle data magna para os destinos da nacionalidade e dá os que compõem aquelle partido politico deacardado de ser soldados para ser apunhações da ditadura. Felicitia a Comissão Coordenadora Municipal e diz: "O P. R. P. aqui está. Vibrante, coheso."

O orador volta a insistir na homenagem ao dr. Sylvio de Campos e termina com essa phrase: "O P. R. P. não é partido, é o proprio São Paulo".

O DR. LUCIANO GUALBERTO TECE UM HYMNIO A SÃO PAULO

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

Em seguida, é concedida a palavra ao dr. Luciano Gualberto. O conhecido medico, pda licença para ler um hymno que compoz em honra de São Paulo. S. excia. o já com entusiasmo e é fortemente applaudido.

## SOCIEDADE RADIO CULTURA DE S. PAULO

(P. R. A-1)

Programa de hoje:

12,00 horas — Musica variada.  
14,00 horas — Musica variada.  
16,00 horas — Jornal da Manhã.  
18,00 horas — Musica de filmes.  
19,15 horas — Musica symphonica.  
20,30 horas — Musica fina.  
21,15 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
22,30 horas — Peripetia de Nhô Tó.

23,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
24,15 horas — Musica variada.  
25,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
26,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
27,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
28,30 horas — Programa dos seculos.  
29,00 horas — Musica para danca.

30,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
31,15 horas — Musica variada.  
32,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
33,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
34,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
35,30 horas — Programa dos seculos.  
36,00 horas — Musica para danca.

37,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
38,15 horas — Musica variada.  
39,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
40,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
41,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
42,30 horas — Programa dos seculos.  
43,00 horas — Musica para danca.

44,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
45,15 horas — Musica variada.  
46,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
47,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
48,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
49,30 horas — Programa dos seculos.  
50,00 horas — Musica para danca.

51,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
52,15 horas — Musica variada.  
53,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
54,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
55,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
56,30 horas — Programa dos seculos.  
57,00 horas — Musica para danca.

58,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
59,15 horas — Musica variada.  
60,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
61,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
62,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
63,30 horas — Programa dos seculos.  
64,00 horas — Musica para danca.

65,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
66,15 horas — Musica variada.  
67,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
68,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
69,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
70,30 horas — Programa dos seculos.  
71,00 horas — Musica para danca.

72,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
73,15 horas — Musica variada.  
74,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
75,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
76,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
77,30 horas — Programa dos seculos.  
78,00 horas — Musica para danca.

79,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
80,15 horas — Musica variada.  
81,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
82,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
83,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
84,30 horas — Programa dos seculos.  
85,00 horas — Musica para danca.

86,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
87,15 horas — Musica variada.  
88,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
89,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
90,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
91,30 horas — Programa dos seculos.  
92,00 horas — Musica para danca.

93,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
94,15 horas — Musica variada.  
95,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
96,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
97,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
98,30 horas — Programa dos seculos.  
99,00 horas — Musica para danca.

100,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
101,15 horas — Musica variada.  
102,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
103,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
104,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
105,30 horas — Programa dos seculos.  
106,00 horas — Musica para danca.

107,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
108,15 horas — Musica variada.  
109,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
110,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
111,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
112,30 horas — Programa dos seculos.  
113,00 horas — Musica para danca.

114,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
115,15 horas — Musica variada.  
116,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
117,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
118,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
119,30 horas — Programa dos seculos.  
120,00 horas — Musica para danca.

121,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
122,15 horas — Musica variada.  
123,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
124,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
125,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
126,30 horas — Programa dos seculos.  
127,00 horas — Musica para danca.

128,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
129,15 horas — Musica variada.  
130,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
131,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
132,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
133,30 horas — Programa dos seculos.  
134,00 horas — Musica para danca.

135,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
136,15 horas — Musica variada.  
137,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
138,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
139,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
140,30 horas — Programa dos seculos.  
141,00 horas — Musica para danca.

142,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
143,15 horas — Musica variada.  
144,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
145,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
146,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
147,30 horas — Programa dos seculos.  
148,00 horas — Musica para danca.

149,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
150,15 horas — Musica variada.  
151,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
152,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
153,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
154,30 horas — Programa dos seculos.  
155,00 horas — Musica para danca.

156,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
157,15 horas — Musica variada.  
158,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
159,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
160,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
161,30 horas — Programa dos seculos.  
162,00 horas — Musica para danca.

163,00 horas — Programa pelo quinteto d. P. R. A-1.  
164,15 horas — Musica variada.  
165,30 horas — Novidades da Casa Di Franco.  
166,00 horas — Córpo masculino "Harmonia" sob a regencia do maestro Pavoni.  
167,15 horas — Concerto para violino e orchestra do Einar, solista Yehudi Menuhin.  
168,30 horas — Programa dos seculos.  
169,00 horas — Musica para danca.



# "SANS SOUCI" Notas e Commentarios

Nunca teriamos sido os primeiros a ventilar de publico um caso judicial que nos atetasse. Num, entretanto, tinhamos inconstitucional direito de fazer, arrastados, que fomos, e um pleito em que, ao lado do aspecto judicial, vivia um escandalo que podiamos e deviamos accentuar. Por mero odio politico, por mesquinha perseguição, o primeiro governo revolucionario que aqui estabeleceu acampamento, insuado pelos nossos inimigos internos, apropriou-se indevidamente das excellentes machinas que compunham nossas officinas, para incorporalas ao patrimonio do Estado.

Um digno adversario não seria tocado na propriedade dos que julgava vencidos, justamente quando elles não podiam efficientemente defender seus direitos postergados. A superioridade em armas, era circunstancia aggravante no atentado. Os nossos inimigos não hesitaram: lançaram mão da nossa propriedade.

Tão evidente se mostrou o abuso que homens desobedientes, capazes de proclamar, na praça publica, seu desprezo por direitos adquiridos, emvergouham-se do delicto praticado e procuraram acobertá-lo com um decreto de desapropriação, subordinando porém, o pagamento da indenização que, por lei, deve ser prévia, á prova de que nada deviamos ao erario publico.

Entre outras novidades de igual calibre, vinha figurar em lei paulista a monstruosidade juridica de se impor á victima a prova de negatividade. Estado arrostamos e tudo vencemos e todas as provas fizemos.

Do bradas razões, pois, nos assistiam, para virmos, pelas columnas dos nossos honestos confrades e, depois, pelas nossas proprias, expor ao julgamento inappellavel do povo, o esbulho soffrido e os processos que usaram contra nós.

Nobrememente, entretanto, de glhamos desse direito, preferindo, exclusivamente, a discussão do aspecto judicial da causa, perante a Justiça. Um escrupulo nos detinha a mão. Delicados sentimentos impediam-nos de ventilar-o, em

quanto não estivesse definitivamente julgado. Aquillo que não quizemos fazer, fizeram os "rognadores".

Para estarelcimento dum povo civilizado, quem quebrou o silencio que nos impuzeram — nós que tinhamos o direito á iniciativa — quem veio, com inqualificavel brutalidade, á publico, pela imprensa, para maior divulgação, desaccatar a majestade da Justiça foi um governo que se diz civil e paulista, mas que se conduziu incivilmente, na emergencia, e praticou um acto que nenhum militar ousaria fazer.

Suppoz, com isso, o delegado da ditadura, que também já se acreditava um dictador, enlutar o animo do juiz, quiçá amedrontar a magistratura, esta magistratura que não se curvou nem mesmo nos omnicos tempos em que todas as violencias foram impostas ao Poder Judiciario, pelos partidarios do interventor. Enganouse. Decerto não conhecia Historia Paulista e não sabia quem são, através dos tempos, os homens que se têm chamado Leme da Silva.

Em todo esse tristissimo episodio, o que menos valeu são os nossos interesses. Não fosse a obrigação que temos de defender o **nosso direito** e abríamos mão dessas moedas em favor dos que as desejavam. Maior damno do que o nosso soffre, ha dias, a Justiça de São Paulo. Antes, podiamos prazeirosamente apontar, como indice da nossa civilização, o respeito que sempre mereceram, de todos os governos, os seus arestos. Hoje, infelizmente, para nossa vergonha, já nos poderão lançar em rosto que, em São Paulo, houve um governo paulista (como dóce confessal-o), que se atreveu a levantar a mão contra a Justiça.

Mas, para honra da raça para nosso orgulho, para o bem da dignidade humana, também houve um juiz integro, que se não intimidou, nem calou e, do alto inatocavel da sua forte envergadura, repeliu sobremaneira a injuria. Graças a Deus, ainda podemos, parodiando o moleiro "Sans Souci", bradar ao pequeno dictador: "Alto lá! Ainda ha juizes em São Paulo."

## A COLLABORAÇÃO DA ENFERMEIRA VISITADORA NA PROPHYLAXIA DA TUBERCULOSE

Como se esboça em São Paulo, a grande campanha da Prophylaxia da Tuberculose, nunca é demasiado insistir sobre a pequena experiencia adequada e fundamentada pelos factos observados, que nos dão autoridade para falar deste assumpto, de interesse vital, sob o ponto de vista, economico e social.

Ninguém desconhece a cooperação eficiente da enfermeira visitadora na prophylaxia em apreço, quando podemos reputar sua função essencial em qualquer trabalho prophylactico.

Como attestado vivo da nossa asserção, ali está a modesta escola de enfermeiras "D. Anna Nery" do 3.º, cujo curso de tres annos, milhorando as suas alunas, prima pela pratica e pela applicação da orientação parte-americana.

Essas moças que se dedicam á pratica da enfermagem, têm nos hospitais de São Francisco de Assis e São Sebastião, largo campo aberto para augmentar o tirocinio que hez foi dado colher nas aulas leccionadas pelas sumidades medicas do Distrito Federal.

O proprio D. N. S. P. aproveita as alunas que se especializam no trabalho domiciliar e de rua, para o luciente trabalho de saneamento moral e material do povo, levando a luz, de modo a, ao tecto mais humilde, a educação, propaganda e incentivo sanitario.

Para apreciar os primeiros symptomas da tuberculose ha necessidade de conhecimentos technicos para que o serviço social affecto ás suas attribuições seja o de "alliviar a dor de hoje torne menos frequente a dor de amanhã", como se diz, a nortear os seus trabalhos e um dogma a cumprir.

Féla apreciação que, com reverencia, sympathia e entusiasmo, fazem da escola "D. Anna Nery", não tem outro escopo senão o de fomentar a necessidade da criação de enfermeiras, sob os moldes daquella que mereceu de nós citação justa e sincera.

clientes, e está em relação directa com a época em que foi dado ao medico, pelos meios actuaes, supprer a doença nos seus primordios.

O doente, é sobretudo egoista e procura esconder o seu mal, certo de que seu caso não passa de uma gripe banal, ou de uma bronchite rebeldia aos xaropes e poções de venda facil.

O diagnostico tardio é de consequências deploraveis e a prova disto está na impotencia da sciencia medica conseguir maior exito, quando o individuo, esgotadas as reservas organicas e já em franca cachexia e com lesões bi-lateraes extensivas, procura o tisulogico.

A enfermeira visitadora, com habilidade, não só falará desse erro em que a classe pobre persiste, como o de convencer o doente a recorrer a dispensario.

Tarefa que pela sua natureza, não parece a mais nobre, é a de preservação da infancia e da adolescencia. O lactante e as crianças da primeira infancia, são, quando não afastados do foco tuberculoso, contagiados pelo bacillo, e não raras são acometidas e fallecem de meningite tuberculosa.

Tal é o quadro negro que se nos depara a cada instante nos lares pobres.

Como obviar os males atrozes acima descritos?

Faz-se mister a organização de uma ficha que melhor reúna os dados principais para uma eventual anamnese e que esteja ao cargo e debaixo da competencia da enfermeira para fazel-o.

Em seguida, com o senso de bondade que deve ser peculiar á enfermeira visitadora, conquistando a confiança do doente, fará a sua aproximação com o medico.

HERMINIO GALHANE (Medico-assistente dos Sanatorios Populares dos Campos de Jordão)

An concentrações do P. R. P. vão-se realizando num confortador crescendo de entusiasmo civico. Domingo proximo será realizada a de Itapetininga. Presidirá-a o eminente sr. Fernando Prestes. Falará, pela Comissão Directora do Partido, o sr. João Sampaio. A convite do directorio de Itapetininga também se fará ouvir o padre Leopoldo Ayres.

A partida desta capital será na manhã do proprio domingo, ás 7 horas. A chegada a Itapetininga será ás 11 horas.

Está em concurso de remoção a directoria vaga do grupo escolar de Tabapuan, 4.ª categoria. Os pedidos de inscripção serão recebidos nas Delegacias de Ensino, até o dia 30 do corrente.

### A INFALLIVEL RESPOSTA

O Partido Constitucionalista, esse rebento do "espírito revolucionario" cuja paternidade em tão má hora o sr. Armando de Salles Oliveira assumiu, atirando por terra a admiração incipiente que despertava e as esperanças que São Paulo em sua rectidão e em sua independencia começara a depositar — esse partido, que se constituiu para regenerar os costumes e sanear a politica paulista dos methodos que elle dizia infamantes — que tem feito?

Com que actos tem procurado, até hoje, fazer-se credor da admiração do povo? Que armas tem empregado no combate ao P. R. P., o partido que, segundo elle affirma, está morto — embora lhe pareça um tão sério perigo que chega a dispender enormes sommas nas innumeras seções livres dos jornais, unicamente para procurar ataca-lo?

Sim, que coisas nobres e dignas tem feito esse partido para se impor ao respeito e á admiração dos paulistas? Não nos dizem?

Vejam ali os seus "novos" methodos de alistamento eleitoral.

São authenticas innovações na nossa politica. Nunca se viu, de facto, uma enormidade como essa — dar, como alistadas, crianças de 12 annos.

E isto choca, principal e unicamente, por se tratar de alistamento feito por um partido que é filho de uma revolução (a de 30) feita para "corrigir abusos" e "acabar com immoralidades".

Vejam-se as listas de adhesões, obra-prima de mystificação até então inédita para São Paulo. Ainda uma innovação cuja honra cabe exclusivamente ao P. C.

Isto, quanto á lusura dos methodos empregados para enfrentar uma eleição que, no dizer delles, está de antemão ganha, tanta a sympathia que o povo vota ao P. C.

Que dizer, ainda, do progresso que o P. C. trouxe á politica paulista, quanto ao debate no terreno das ideias e nas discussões pela imprensa?

Todas as verdades que lhe dizem leal e francamente, elle as faz rir, chatear sobre São Paulo. Elle procura fazer de São Paulo o judas e o escudo de tudo quanto não pode suportar ou responder.

Quando uma de nossas accusações o fere em cheio, elle vira-se para o povo e tenta dizer-lhe:

— Está vendo como o P. R. P. o trata?

E é assim a sua lucta. Empregando um vocabulario que em coisa alguma se recomenda, e usando, como arma, inverdades, alevisões e, sophismas que machucariam mesmo as consciencias mais duras.

E não attenta no anachronismo que representa essa sua attitude. Si elle é o partido do interventor, e está, pois, de posse da machina governamental, si elle considera morto, ou, quando deseja favorecer, estacionario de muitos annos o P. R. P. — para que, então, essa furia cega com que lança mão de todos os meios, ainda os mais condemnaveis, para combater o tradicional partido?

que, si é uma minoria tão insignificante que não pode, sequer, ser tomada em consideração?

E' que elle percebe que a sua incoherencia é simplesmente escandalosa.

Elle vê que o povo começa a compreender que não se trata, do seu lado, precisamente de servir a São Paulo. São Paulo é que deve servir ao P. C.; porque, o que este deseja é o poder, o mando. Elle deseja, precisamente, isso que finge condemnar.

Ficar sózinho em campo. Por isso, procura investir contra os adversarios.

Nas campanhas, enfim, peceista, está São Paulo reconhecendo todas as virulencias e todos os demands que caracterizavam as velhas campanhas democraticas que culminaram no feito de Ir buscar o sr. Getulio em Itararé...

Esperemos um pouco mais: ver-se-á a esmagadora resposta que a tudo isso darão os paulistas, nas urnas.

O secretario da Educação, por acto de honra, nomeou os Drs. Belem de Montenegro, Henrique Lefèvre e o sr. Joaquim Penido, para constituirem o Conselho Consultivo do Departamento da Educação Physica, nos termos do decreto n. 6.440, de maio ultimo e de accordo com os artigos 4 e 7 do citado decreto

### UM LOGRO

Diz a "Voz da Communidade" que o P. R. P. não tem sido solidario com o movimento que por á frente de São Paulo o interventor civil e paulista sr. Armando de Salles Oliveira; tendo o aprovado entusiasticamente a escolha, que julgou acertada e justa — transmitiu-se agora, demandando a criticar vehementemente esse mesmo homem que também escolheu.

O articulista tirou-nos a palavra da bocca.

O articulista veio provar que nunca o P. R. P. desejou uma interventoria de simples occupação. O P. R. P. nunca recuou na defesa da autonomia de nossa terra.

Apenas, o que succedeu, conhecemos como o povo de São Paulo, é que fomos ludibriados.

O interventor promettera governar acima e fóra dos partidos, e, muito ao contrario — fundou, dirige e presta um partido depois de haver lançado a scisão entre os paulistas.

Isso seria o sufficiente para que fossemos obrigados a nos despirmos das esperanças que surgiam.

Mas não foi tudo. A Revolução de 32 foi um movimento nitidamente anti-dictatorial.

Por meio delles, o nosso povo se divorciou definitivamente e irrevogavelmente da Dictadura e se tornou, de accordo com as nossas tradições liberas, o seu maior inimigo.

El' obvio que o homem que pretendesse governar este povo de um modo digno, e que lhe quizesse merecer toda a confiança e toda a sympathia, tinha o dever indeclinavel de se manter afastado da Dictadura; ainda mais, para ser coerente com os sentimentos do povo, devia governar mesmo contra a Dictadura, só tendo com ella as indispensaveis contactos officiaes.

E foi isso que se viu? Absolutamente. O que se viu foi uma aproximação ainda não egualada com o dictador. Nem os interventores militares que pisaram São Paulo mostraram-se tão ligados ao poder dictatorial.

Esta é que é a verdade. Para São Paulo, inteiro a conduta politica do actual interventor foi um logro.

O Departamento de Assistencia ao Cooperativismo transferiu a sua sede para a rua S. Bento, n. 7.

Foi comunicado ao Departamento que foram creadas mais 19 cooperativas escolares em varios grupos do interior.

O governo Armando de Salles Oliveira recusa-se a pagar o prepo da avaliação judicial das officinas do "Correio Paulistano", não dando cumprimento a uma sentença judicial. O governo disciplinario collocou-se acima da Justiça, o que é profundamente expressivo no instante em que retornamos ao regime legal.

Saudando a nova Carta Magna, o organ da interventoria escreveu, hontem, solennemente, na sua primeira "nota":

"A nossa regra de vida tem que ser esta: mantermos os politicos sob vigilancia continua. Não consintamos que elles sophismem os textos constitucionales e menosprezem direito algum."

O conselho do "Estado de S. Paulo", vejamos os paulistas, vem a calhar para os detentores do poder. A secretaria da Fazenda está menosprezando um legitimo creito, desrespeitando a Justiça paulista, que tem merecido, sempre, em todos os tempos, a maior consideração e respeito de todos os governos que têm passado pelo velho casarão do Colégio de Anchieta.

Felizmente, S. Paulo possui, como quer o "Estado", uma opinião publica, vigilante e activa, "sem indulgencias", que "não deixará os politicos se afastarem do bom caminho e os obrigará a pensarem das vezes antes de praticar certos actos de equívoca moralidade."

Que a Justiça comece por casa, cumprindo o sr. Armando de Salles Oliveira a sentença judicial. Não fará, com isso, favor ao "CORREIO PAULISTANO". Apenas, fará o que de seu comendado dever, acatando as decisões da honrada e incorruptivel magistratura paulista.

Heje, ás 17 horas, serão fechadas as malas da "Paulista", destinadas ao Norte do Brasil, até Belém do Pará, Inclusive Manaus, Guianas, America Central, Estados Unidos, Mexico e Canada.

A Administração do Dominio da União, installada á Delegacia Fiscal, está participando, a todas as pessoas que occupam terrenos de marinha, que o prazo para o pagamento de taxas de occupação, sem multa, se extingir-se-á a 31 do corrente, para o anno de 1934.

O respeito ao direito alheio

O sr. José Acylyno de Castro assentou praça, na nossa, Força Publica, em 16 de janeiro de 1919. Esteve no Curso Especial Militar, sendo promovido, a 2.ª tenente, em 26 de julho de 1921.

Em 1923 (30 de outubro) foi o dito official designado da brilhante policia paulista, contando, como se vê, apenas, 4 annos e 9 mezes de serviço ao Estado.

Agora, que fez o governo Armando de Salles Oliveira? Mandou reverter á Força Publica, no posto de capitão, o sr. José Acylyno de Castro, contando-se-lhe, para todos os effectos, o tempo de sua afastamento, menos quanto a venimentos. (Decreto de 5 de maio ultimo).

Com menos de cinco annos de serviço, o official deixou a Força, por livre e espontanea vontade. Compreendia-se sua reversão no posto de 2.ª tenente, sem a contagem de tempo. Justificar-se-ia essa medida, si o sr. José Acylyno de

as descomposturas chronicas, que não atingem o alvo visado, diminuir e não conceito de que goza o P. R. P. na opinião publica bandeirante.

São Paulo assiste estarelecido ao inqualificavel abuso dos dictatoriaes na questão da candidatura Getulio Vargas, a que elles jamais se oppuzeram, facilitando-lhe a victoria.

E era a occasião em que todos os partidos politicos paulistas tinham o dever de protestar vehementemente contra mais este absurdo.

Os mais legitimos e sagrados sentimentos de São Paulo, sacrificados pelo desgoverno que, em 30, abateu sobre o paiz, exigiam esse protesto.

Qual a attitude do P. C. ante esta ameaça? Foi a que se viu. A do alheamento, a do silencio.

Indifferença de alguns de seus membros e franco apoio de outros, incluindo-se entre estes o seu chefe, o sr. interventor!

E é este o partido politico que se diz defensor dos brios paulistas!

Impossivel. A epopeia de 32 ainda está bem viva na memoria de todos. Quem não estiver francamente contra o dictador, mesmo com o rotulo constitucional, estará contra S. Paulo.

E o P. C. ainda diz, que nasceu da epopeia de 9 de Julho. E' o cumulo!

Ainda bem que a opinião publica ali está, para proferir os seus julgamentos.

O Triangulo Mineiro produziu, em 1932, 600.000 saccas de arroz. Em 1933, essa produção elevou-se a 630.000 saccas e para o corrente anno, a avaliação é de 750.000 saccas.

Em 1933, a exportação de arroz do Triangulo Mineiro foi feita pelas seguintes cidades: de Araguari, 169.000 saccas; de Conquista, 105.000; de Uberaba, 150.000; de Uberlandia, 135.000, num total de 559.000 saccas.

Tendo a safra daquelle anno sido calculada em 630.000 saccas, verificou-se que o Triangulo Mineiro conseguiu para as suas necessidades, 71.000 saccas.

DESPISTAR PELO SILENCIO...

A politica do P. C. — que se diz, é presumptiva, integrado na opinião publica bandeirante — tem se resumido na tentativa de defesa da conduta indefensavel do sr. interventor e dos seus virulentos e injustos ataques ao P. R. P.

Essa a attitude dos peceistas que, assim agindo, pensam — quanta ilusão! — grangear as sympathias do electorado.

Os grandes problemas administrativos ou politicos que interessam de perto á nação não encontram eco nas actividades partidarias da facção do sr. interventor. Cegos e surdos, os peceistas só têm olhos e ouvidos para a politica de campanha, em que a linguagem aspera e chula é o melhor argumento.

O caso da recente eleição presidencial é tipico.

O povo e a imprensa livre de todo o paiz vibraram ante o inominavel attentado da imposição da candidatura Getulio Vargas pelo seu proprio beneficiario.

São Paulo — coração civico do Brasil — esteve á frente dos opposicionistas ao attentado, quebrando lanças na tentativa de apagar mais este golpe do outubrismo contra os legitimos anseios do povo.

Enquanto o paiz inteiro, civicamente, se manifestava em relação ao caso de interesse nacional, que fazia o P. C.?

Ficava prudentemente retrahido, indifferente á necessidade de pronunciarse, de revelar a sua preferencia no momentoso assumpto!

Em summa: o partido do interventor teve receio de, expondo o seu ponto de vista, manifestar-se francamente, lealmente, contra a opinião publica paulista.

Alheiou-se, pois, ao caso nacional, usando das lições do seu insuperavel mestre, o dictador — despistando. Mas é um despistamento difficil de pagar esse do silencio...

PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

TELEGRAMMA DE CONGRATULAÇÕES DO PARTIDO REPUBLICANO FLUMINENSE

Alinda a proposta da memoravel data da promulgação da nova Constituição, recebeu hontem o sr. dr. Altino Arantes o seguinte telegramma, assignado pelo ex-ministro da Agricultura e prestigio politico fluminense, sr. dr. Oliveira Botelho, o seguinte telegramma:

"Aceite effusivas congratulações pela promulgação da Constituição, conquista devida heroismo sobre o povo paulista, encarnando sentimento nacional. Partido Republicano Fluminense rende homenagem sua veneração aos que tombaram gloriosa campanha constitucional. Cordenes cumprimentos."

FIM DE GOVERNO...

RIO, 18 (H.) — O ministro da Educação concluiu o regulamento da Procuradoria dos Feitos, ultimamente creada com a reforma dos serviços daquelle secretaria de Estado. O sr. Washington Pires, no seu trabalho, arbitrou os venimentos em 3 contos de réis mensaes para cada cargo.

Já se sanção para que essas novas funcções serão nomeados dois officiaes do gabinete — ministro e um alto funcionario em disponibilidade.

## HOUE UM HOMEM CHAMADO LACERDA

PARA O "CORREIO PAULISTANO" E "O PAIZ"

Jarbas de Carvalho

Sou do tempo em que as associações jornalisticas succediam-se num scenario acanhado de trabalhadores menores. Porque os lideres, os grandes nomes ignoravam muitas vezes a existencia desses gremios incipientes, e, ás vezes, quando delles tomavam conhecimento, o faziam com meio-bohemio, meio-escravos, meio-classes numa pratica perigosa e clandestina: a de trocar e reunir ideias de apoio mutuo e fraternização.

E' verdade que esses nossos malotes, que si não nos hostilizavam inteiramente, eram pelo menos indifferentes, tinham nessa repugnancia um pouco de instinto — porque as pequenas sociedades que viviamos tentando eram como as reuniões dos primeiros christãos nas catacumbas de Roma: seriam mais tarde um surto vigoroso de trabalho consente no caminho de uma imprensa definitivamente brasileira.

Attingimos agora a planura de uma magnifica situação definitiva, com os actos que vieram da Associação Brasileira de Imprensa a direcção de uma casa modelar para os serviços da Imprensa e para todas as organizações inherentes ao preparo e á segurança dos seus trabalhadores.

No momento, porém, em que a sociedade tem os olhos admirativos voltados para a agitação benefica que vai pelo campo jornalístico — onde se preparam as planas de seu palacio official e organizam-se elementos de vida na moderna technica — não ouço pronunciar o nome de Gustavo de Lacerda.

Ainda haverá quem saiba que existia esse mulato socialista a quem nós chamavamos Ravachol, por suas ideias adeantadas?

Certamente ha de haver. Mas, como a maioria (a nossa associação de classe tem mais de tres mil socios...) parece ignorar quem foi Gustavo de Lacerda, não me custa contar alguma coisa de seu resumo, agora que toma ares de potencia a associação que elle fundou.

Lacerda fora typographo. Acruva do sobre a caixa de tipos e que começou a ter ideias sociaes. Obrigada a ler tudo quanto a profissão socialetava, seu espirito apurado entrou a sensibilizar-se com certas leituras.

Tolstoy e Dostoevski o empolgaram com suas narrativas dolorosas. João Grave e Gorki começaram a preoccupal-o. Evoluio depois para Freudho e chegou a Karl Marx.

Depois de andar tentando pequenas periodicas doutrinaes e pamphletos sectarios, Lacerda, suspirado, e ás vezes encomendado pela policia, veio para "O Paiz" como mero reporter, unicamente para ganhar a vida.

Reservado, sempre com um grão de chumbo de pessimismo, não fazia muitos amigos. Mas, aproximou-se de mim — ou eu, talvez por afinidade intellectual, aproximei-me d'elle.

Sua conversa, porém, desagradava-me. Porque, enquanto elle se comunicava com os revolucionarios

Castro tivesse sido victima de alguma perseguição e, portanto, impossibilitado de voltar ao seu posto. Esse, entretanto, não é o seu caso. Hoje, o Estado ficou a dever-lhe, por obra e graça do sr. interventor, 15 annos e meio de serviços por 5 effectivamente prestados?!

Ha, ainda, um aspecto da questão que merece ser encarado: é que o beneficio prestado ao antigo official fere direitos de terceiros, porque, com essa absurda contagem de tempo, elle passa adiante de capitães com seis, oito, dez e até quinze annos de effectivo exercicio!

O sr. Miguel Costa foi, impiedosamente, atacado, quando mandou reverter varios elementos da Força Publica em postos superiores. O erro é, agora, repetido por um governo civil e paulista...

E' preciso que a justiça não se afaste da caserna, para que della não deserte a disciplina. E no caso ha mais que uma injustiça: uma immoralidade, — porque, dentro de poucos annos, poderá o official favorecido com a contagem do tempo "para todos os effectos" (menos quanto a venimentos atrasados), obter a sua reforma e entrar a receber do Thesouro (agora "tão bem defendido") uma pensão desproporcionada aos serviços prestados e, portanto, indevida.

DO MEU CANTO

Os povos conscientes de sua civilização, possuidores de governo e cultura da mesma, orgulham-se satisfactamente do severo aparelhamento de sua Justiça.

Os povos não escravizados e que podem escolher livremente seus governantes não toleram o mais leve attentado á ordem jurídica nem o minimo desrespeito ás decisões dos seus tribunales.

Um dos mais legitimos motivos de orgulho do povo inglez é decorrente da absoluta confiança na Justiça de sua terra, Justiça tão respaldada e garantida que ninguém se ousa mais poderoso que seja ou se julgue, teria bastante coragem para a suprema loucura de desautorar uma sentença judicial!

Diante do esplendor da Justiça ingleza, quem tiver razão assente na lei não teme o proprio Rei!

E, daí, mais ainda do que o poder dos caméides d. sua esquadra, decorre o profundo respeito que envolve esse povo.

Um governo honesto, bem intencionado, incapaz de delicias criminosas, tem necessidade de ser o primeiro a prestigiar a Justiça para que as leis sejam rigorosamente applicadas.

Em compensação, os go'es corruptos, precisam e devem intervir perturbadoramente junto aos riunices, annullando a força e o prestigio dos gremios, afim de, não serem atrapalhados no seu segundal, escandalos em que fazem chafurdos.

Ignobres governos de lá, da matreza levaram o arbitrio á tal ponto, commetteram tantos abusos, abutaram direitos, lesando interesses tidos, que forçaram certas potencias a memoraveis demonstrações de guerra.

E' natural que, num paiz onde a vontade despotica dos governos annulla o direito e acanha os tribunales, desapareçam garantias, transações, negocios, confiança.

Taos governos se esquecem da qua estão cavando a sua propria ruína, porque o povo, no seu subconsciente, tem perfeita noção da Justiça.

E, cedados pelo delirio do abuso, taes vândalos governamentais chegam a fazer a usurpar direitos da extrangeira.

Que fazer? Recorrer aos tribunales? Mas, se o governo desrespeito a decisão de taes tribunales?

Resta a intervenção diplomatica, prodroma de outra mais efficiente. E os governos usurpadores de direitos alheios, desaccatados de justizes e tribunales, anarchizadores das leis, que respondem com violencias ás justas reclamações dos espoliados, são humilhados e submissos ante a ameaça de intervenção estrangeira.

S. Paulo, o Estado rangueiro da União, que tanto se orgulha de sua organização judiciaria, refugio confortador de todos que tinham sede de Justiça, respeitavel garantia de todos sem distincção de nacionalidade, religião ou politica, chegou ao extremo de ver uma decisão judicial francamente desrespeitada pelo "paulista e civil", alheio do actor e pregoeiro secretario de um partido que precisava mudar de rotulo porque trouxera taes malefícios á nossa gente que seu nome já não era proferido de medo de acarretar sorrimentos.



# NOVA CONSTITUIÇÃO

## (Continuação)

Art. 75 — Nos crimes de responsabilidade, os ministros da Corte Suprema serão processados e julgados pelo Tribunal Especial, a que se refere o art. 58.

Art. 76 — A Corte Suprema competirá:

1. processar e julgar originariamente;
- a) o presidente da República e os ministros da Corte Suprema, nos crimes comuns;
- b) os ministros de Estado, o procurador geral da República, os juizes dos tribunais federais e bem assim os das Cortes de Apelação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os ministros da Corte de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, salvo quando os ministros de Estado, o disposto no final do § 1.º do artigo 61;

c) os juizes federais e os seus substitutos, nos crimes de responsabilidade;

d) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, ou entre estes;

e) os litígios entre nações estrangeiras e a União ou os Estados;

f) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais, entre estes e os dos Estados, e entre juizes ou tribunais de Estados diferentes, incluídos nas duas últimas hipóteses, os do Distrito Federal e os dos Territórios;

g) a extradição de criminosos, requisitada por outras nações, e a homologação de sentenças estrangeiras;

h) o "habeas corpus", quando for paciente, ou coator, tribunal, funcionário ou autoridade, cujos actos estejam sujeitos imediatamente à jurisdição da Corte; ou quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e, ainda, se houver perigo de se consumar a violência antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) o mandado de segurança contra actos do presidente da República ou de ministro de Estado;

j) a execução das sentenças, nas causas da sua competência, originária com a faculdade de delegar actos do processo a juiz inferior;

2. julgar:

I, as acções rescisórias dos seus acordados;

II, em recurso ordinário:

a) as causas, inclusive mandados de segurança, decididas por juizes e tribunais, sem prejuízo do disposto nos arts. 78 e 79;

b) as questões resolvidas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, no caso do art. 83, § 1.º;

c) as decisões de última ou única instância das Justicas locais e as de juizes e tribunais federais, denegadoras de "habeas-corpus".

III, em recurso extraordinário, as causas decididas pelas Justicas locais em única ou última instância;

IV, quando a decisão for contra literal disposição de tratado ou lei federal, sobre cuja applicação se haja questionado;

5. quando se questionar sobre a vigencia ou a validade de lei federal em face da Constituição, e a decisão do tribunal local negar applicação à lei impugnada;

c) quando se contestar a validade de lei ou acto dos governos locais em face da Constituição, ou de lei federal, e a decisão do tribunal local julgar válido o acto ou lei impugnada;

d) quando ocorrer divergência de interpretação definitiva de lei federal entre Cortes de Apelação de Estados diferentes, inclusive do Distrito Federal e dos Territórios, ou entre um destes tribunais e a Corte Suprema, ou outro tribunal federal;

3. rever, em benefício dos condemnados, nos casos e pela forma que a lei determinar, os processos fluídos em materia criminal, inclusive os militares e eleitoraes, e a revogação do réo, do Ministério Público ou de qualquer pessoa.

Parágrafo unico. Nos casos do n.º 2, III, letra "d", o recurso poderá também ser interposto pelo presidente de qualquer dos tribunais ou pelo Ministério Público.

Art. 77 — Compete ao presidente da Corte Suprema conceder "exequatur" às cartas rogatorias das Justicas estrangeiras.

## SECCÃO III

### Dos Juizes e Tribunais Federaes

Art. 78. A lei creará tribunais federaes, quando assim o exigirem os interesses da Justiça, podendo attribuir-lhes o julgamento final das revisões criminaes, exceptuadas as sentenças do Supremo Tribunal Militar, e de causas referidas no art. 81, letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p", "q", "r", "s", "t", "u", "v", "w", "x", "y", "z", "aa", "ab", "ac", "ad", "ae", "af", "ag", "ah", "ai", "aj", "ak", "al", "am", "an", "ao", "ap", "aq", "ar", "as", "at", "au", "av", "aw", "ax", "ay", "az", "ba", "bb", "bc", "bd", "be", "bf", "bg", "bh", "bi", "bj", "bk", "bl", "bm", "bn", "bo", "bp", "bq", "br", "bs", "bt", "bu", "bv", "bw", "bx", "by", "bz", "ca", "cb", "cc", "cd", "ce", "cf", "cg", "ch", "ci", "cj", "ck", "cl", "cm", "cn", "co", "cp", "cq", "cr", "cs", "ct", "cu", "cv", "cw", "cx", "cy", "cz", "da", "db", "dc", "dd", "de", "df", "dg", "dh", "di", "dj", "dk", "dl", "dm", "dn", "do", "dp", "dq", "dr", "ds", "dt", "du", "dv", "dw", "dx", "dy", "dz", "ea", "eb", "ec", "ed", "ee", "ef", "eg", "eh", "ei", "ej", "ek", "el", "em", "en", "eo", "ep", "eq", "er", "es", "et", "eu", "ev", "ew", "ex", "ey", "ez", "fa", "fb", "fc", "fd", "fe", "ff", "fg", "fh", "fi", "fj", "fk", "fl", "fm", "fn", "fo", "fp", "fq", "fr", "fs", "ft", "fu", "fv", "fw", "fx", "fy", "fz", "ga", "gb", "gc", "gd", "ge", "gf", "gg", "gh", "gi", "gj", "gk", "gl", "gm", "gn", "go", "gp", "gq", "gr", "gs", "gt", "gu", "gv", "gw", "gx", "gy", "gz", "ha", "hb", "hc", "hd", "he", "hf", "hg", "hh", "hi", "hj", "hk", "hl", "hm", "hn", "ho", "hp", "hq", "hr", "hs", "ht", "hu", "hv", "hw", "hx", "hy", "hz", "ia", "ib", "ic", "id", "ie", "if", "ig", "ih", "ii", "ij", "ik", "il", "im", "in", "io", "ip", "iq", "ir", "is", "it", "iu", "iv", "iw", "ix", "iy", "iz", "ja", "jb", "jc", "jd", "je", "jf", "jg", "jh", "ji", "jj", "jk", "jl", "jm", "jn", "jo", "jp", "jq", "jr", "js", "jt", "ju", "jv", "jw", "jx", "jy", "jz", "ka", "kb", "kc", "kd", "ke", "kf", "kg", "kh", "ki", "kj", "kk", "kl", "km", "kn", "ko", "kp", "kq", "kr", "ks", "kt", "ku", "kv", "kw", "kx", "ky", "kz", "la", "lb", "lc", "ld", "le", "lf", "lg", "lh", "li", "lj", "lk", "ll", "lm", "ln", "lo", "lp", "lq", "lr", "ls", "lt", "lu", "lv", "lw", "lx", "ly", "lz", "ma", "mb", "mc", "md", "me", "mf", "mg", "mh", "mi", "mj", "mk", "ml", "mm", "mn", "mo", "mp", "mq", "mr", "ms", "mt", "mu", "mv", "mw", "mx", "my", "mz", "na", "nb", "nc", "nd", "ne", "nf", "ng", "nh", "ni", "nj", "nk", "nl", "nm", "nn", "no", "np", "nq", "nr", "ns", "nt", "nu", "nv", "nw", "nx", "ny", "nz", "oa", "ob", "oc", "od", "oe", "of", "og", "oh", "oi", "oj", "ok", "ol", "om", "on", "oo", "op", "oq", "or", "os", "ot", "ou", "ov", "ow", "ox", "oy", "oz", "pa", "pb", "pc", "pd", "pe", "pf", "pg", "ph", "pi", "pj", "pk", "pl", "pm", "pn", "po", "pp", "pq", "pr", "ps", "pt", "pu", "pv", "pw", "px", "py", "pz", "qa", "qb", "qc", "qd", "qe", "qf", "qg", "qh", "qi", "qj", "qk", "ql", "qm", "qn", "qo", "qp", "qq", "qr", "qs", "qt", "qu", "qv", "qw", "qx", "qy", "qz", "ra", "rb", "rc", "rd", "re", "rf", "rg", "rh", "ri", "rj", "rk", "rl", "rm", "rn", "ro", "rp", "rq", "rr", "rs", "rt", "ru", "rv", "rw", "rx", "ry", "rz", "sa", "sb", "sc", "sd", "se", "sf", "sg", "sh", "si", "sj", "sk", "sl", "sm", "sn", "so", "sp", "sq", "sr", "ss", "st", "su", "sv", "sw", "sx", "sy", "sz", "ta", "tb", "tc", "td", "te", "tf", "tg", "th", "ti", "tj", "tk", "tl", "tm", "tn", "to", "tp", "tq", "tr", "ts", "tt", "tu", "tv", "tw", "tx", "ty", "tz", "ua", "ub", "uc", "ud", "ue", "uf", "ug", "uh", "ui", "uj", "uk", "ul", "um", "un", "uo", "up", "uq", "ur", "us", "ut", "uu", "uv", "uw", "ux", "uy", "uz", "va", "vb", "vc", "vd", "ve", "vf", "vg", "vh", "vi", "vj", "vk", "vl", "vm", "vn", "vo", "vp", "vq", "vr", "vs", "vt", "vu", "vv", "vw", "vx", "vy", "vz", "wa", "wb", "wc", "wd", "we", "wf", "wg", "wh", "wi", "wj", "wk", "wl", "wm", "wn", "wo", "wp", "wq", "wr", "ws", "wt", "wu", "wv", "ww", "wx", "wy", "wz", "xa", "xb", "xc", "xd", "xe", "xf", "xg", "xh", "xi", "xj", "xk", "xl", "xm", "xn", "xo", "xp", "xq", "xr", "xs", "xt", "xu", "xv", "xw", "xx", "xy", "xz", "ya", "yb", "yc", "yd", "ye", "yf", "yg", "yh", "yi", "yj", "yk", "yl", "ym", "yn", "yo", "yp", "yq", "yr", "ys", "yt", "yu", "yv", "yw", "yx", "yy", "yz", "za", "zb", "zc", "zd", "ze", "zf", "zg", "zh", "zi", "zj", "zk", "zl", "zm", "zn", "zo", "zp", "zq", "zr", "zs", "zt", "zu", "zv", "zw", "zx", "zy", "zz".

Art. 79. A lei creará um tribunal, cuja denominação e organização a lei estabelecerá, composto de juizes, nomeados pelo presidente da República, na forma e com os requisitos determinados no art. 74.

Parágrafo unico. Competirá a esse tribunal, nos termos que a lei estabelecer, julgar privativa e definitivamente, salvo recurso voluntário para a Corte Suprema nas espécies que envolverem materia constitucional.

1.º, os recursos de actos e decisões definitivas do Poder Executivo, e das sentenças dos juizes federaes nos litígios em que a União for parte, contando que uns e outros digam respeito ao funcionamento de serviços publicos, ou se sejam, no todo ou em parte, pelo direito administrativo;

2.º, os litígios entre a União e os credores, derivados de contractos publicos;

Art. 80. Os juizes federaes serão nomeados dentre brasileiros natos de reconhecido saber "jurídico e reputação ilibada, alistados eleitores, e que não tenham menos de 30, nem mais de 60 annos de idade, dispensa-se o limite aos que forem magistrados.

Parágrafo unico. A nomeação

será feita pelo presidente da República dentre cinco cidadãos, com os requisitos acima exigidos e indicados, na forma da lei, e por escripto secreto, pela Corte Suprema.

Art. 81. Aos juizes federaes compete processar e julgar, em primeira instancia:

a) as causas em que a União for interessada, da como autora ou ré, assistente ou oponente;

b) os peticos em que alguma das partes fundar a acção, ou a defesa directa e exclusivamente em dispositivo da Constituição;

c) as causas fundadas em concessão federal em contracto celebrado com a União;

d) as questões entre um Estado e habitantes de outro, ou domiciliados em país estrangeiro, ou contra autoridade administrativa federal, quando fundadas em lesão de direito individual, por acto ou decisão da mesma autoridade;

e) as causas entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil;

f) as causas movidas com fundamento em contracto ou tratado do Brasil com outras nações;

g) as questões de direito marítimo e navegação no oceano ou nos rios e lagos do país, e de navegação aerea;

h) as questões de direito internacional privado ou penal;

i) os crimes politicos, e os praticados em prejuizo de serviços ou interesses da União, resolvida a competência da Justiça Eleitoral ou Militar;

j) os "habeas-corpus", quando se tratar de crime de competência da Justiça Federal, ou quando a coação provier de autoridades federaes, não subordinadas imediatamente à Corte Suprema;

k) os mandados de segurança contra actos de autoridades federaes, exceptuando o caso do art. 76, I, letra "f".

l) os crimes praticados contra a ordem social, inclusive o de regresso do Brasil de estrangeiro expulso.

Parágrafo unico. O disposto no presente artigo, letra "a", não exclue a competência da Justiça local nos processos de falencia e outros em que a Fazenda Nacional, embora interessada, não intervenha como autora, ré, assistente ou oponente.

## SECCÃO IV

### Da Justiça Eleitoral

Art. 82. A Justiça Eleitoral terá por orgaos: o Tribunal Superior da Justiça Eleitoral, na capital da República; um Tribunal Regional na capital de cada Estado, na do Território do Acre e no Distrito Federal; e juizes singulares nas sedes e com as atribuições que a lei designar, além das juntas especiais admitidas no art. 83, § 3.º.

1.º O Tribunal Superior será presidido pelo vice-presidente da Corte Suprema, e os Regionaes pelos vice-presidentes das Cortes de Apelação, cabendo o encargo no 1.º vice-presidente nos tribunais, onde houver mais de um;

2.º O Tribunal Superior compor-se-á do presidente e de juizes effectivos e substitutos, escolhidos do modo seguinte:

a) um terço, sorteado dentre os ministros da Corte Suprema;

b) outro terço, sorteado dentre os desembargadores do Distrito Federal;

c) o terço restante, nomeado pelo presidente da República, dentre seis cidadãos de notavel saber jurídico, reputação ilibada, indicados pela Corte Suprema, e que não sejam incompatíveis por lei.

3.º Os Tribunales Regionaes compor-se-ão de modo analogo: um terço, dentre os desembargadores da respectiva sede; outro, do juiz federal que a lei designar; e de juizes de direito com exercicio na mesma sede, e os demais serão nomeados pelo presidente da República, sob proposta da Corte de Apelação. Não havendo na sede juizes de direito em numero sufficiente, o segundo terço será completado com desembargadores da Corte de Apelação.

4.º Se o numero de membros dos tribunales eleitoraes não for exactamente divisivel por tres, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral determinará a distribuição entre as categorias acima discriminadas, de sorte que caiba ao presidente da República a nomeação da minoria.

5.º Os membros dos tribunales eleitoraes servirão obrigatoriamente por dois annos, nunca, porém, por mais de dois biennios consecutivos.

Para esse fim, a lei organizará a rotatividade dos que pertencerem aos tribunales comuns.

6.º Durante o tempo em que servirem, os orgaos da Justiça Eleitoral gozarão das garantias das letras "a", "b" e "c" do art. 64, e, nessa qualidade, não terão outras incompatibilidades senão as que forem declaradas nas leis organicas da mesma Justiça.

7.º Cabem a juizes locais viciaes, nos termos da lei, as funções de juizes eleitoraes, com jurisdição plena.

Art. 83. A Justiça Eleitoral, que terá competência privativa para o processo das eleições federaes, estaduais e municipais, inclusive as dos representantes das profissões, e exceptuando a de que trata o art. 52 § 3.º, caberá:

a) organizar a divisão eleitoral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, a qual só poderá ser alterada quinquenalmente, salvo em caso de modificação da divisão judiciaria ou administrativa do Estado ou Território e em consequencia desta;

b) fazer o alistamento;

c) adoptar ou propor providencias para que as eleições se realizem no tempo e na forma determinados em lei;

d) fixar a data das eleições, quando não determinada nella Constituição ou nas dos Estados, de maneira que se effectuem, em regra, nos tres ultimos ou nos tres primeiros mezes dos periodos governamentais;

e) resolver sobre as arguições de inelegibilidade e incompatibilidade;

f) conceder "habeas-corpus" e mandado de segurança em casos pertencentes a materia eleitoral;

g) proceder à apuração dos suffragios e proclamar os eleitos;

h) processar e julgar os delictos eleitoraes e os comuns que lhes forem connexos;

i) decretar portão do mandato legislativo, nos casos estabelecidos nella Constituição e nas dos Estados.

§ 1.º As decisões do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral são irrecorríveis, salvo as que pronunciarem a nulidade, ou invalidade, de acto ou de lei em face da Constituição Federal, e as que negarem "habeas-corpus". Nestes casos haverá recurso para a Corte Suprema.

§ 2.º Os Tribunales Regionaes decidirão, em ultima instancia, sobre eleições municipais, excepto nos casos do § 1.º, em que caberá recurso directamente para a Corte Suprema, e no do § 2.º.

§ 3.º A lei poderá organizar juntas de trez membros, dos quaes dois, pelo menos, serão magistrados, para a apuração das eleições municipais.

§ 4.º Nas eleições federaes e estaduais, inclusive a de governador, caberá recurso para o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral da decisão que proclamar os eleitos.

§ 5.º Em todos os casos, dar-se-á recurso da decisão do Tribunal Regional para o Tribunal Superior, quando observada a jurisprudencia deste.

§ 6.º Ao Tribunal Superior compete regular a forma e o processo dos recursos de que lhe conhecer.

## SECCÃO V

### Da Justiça Militar

Art. 84. Os militares e as pessoas que lhe são assemelhadas terão foro especial nos delictos militares. Este foro poderá ser expresso em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país, ou contra as instituições militares.

Art. 85. A lei regulará também a jurisdição dos juizes militares e a applicação das penas da legislação militar, em tempo de guerra, ou na zona de operações durante grave commoção interna.

Art. 86. São orgaos da Justiça Militar o Supremo Tribunal Militar e os tribunaes e juizes inferiores, creados por lei.

Art. 87. A inamovibilidade assegurada aos juizes militares não exclue a obrigação de acompanharem as forças junto ás quaes tenham de servir.

Parágrafo unico. Cabe ao Supremo Tribunal Militar determinar a remoção de juizes militares, de conformidade com o art. 64, letra b.

## CAPITULO V

### Da coordenação dos poderes

## SECCÃO I

### Disposições preliminaes

Art. 88. Ao Senado Federal, nos termos dos arts. 90, 91 e 92, incumbe promover a coordenação dos poderes federaes entre si, manter a continuidade administrativa, velar pela Constituição, colaborar na feitura de leis e praticar os demais actos da sua competência.

Art. 89. O Senado Federal compor-se-á de dois representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos mediante suffragio universal, igual e directo, por oito annos, dentre brasileiros natos, alistados eleitores e maiores de 30 annos.

§ 1.º A representação de cada Estado e do Distrito Federal, no Senado, renovar-se-á pela metade, conjuntamente com a eleição da Camara dos Deputados.

§ 2.º Os senadores têm immuniidade, subsídio e ajuda de custo identicos aos dos deputados e estão sujeitos aos mesmos impedimentos e incompatibilidades.

## SECCÃO II

### Das atribuições do Senado Federal

Art. 90. São attribuições privativas do Senado Federal:

a) aprovar, mediante voto secreto, as nomeações de magistrados, nos casos previstos na Constituição; as dos ministros do Tribunal de Contas, bem como as designações dos chefes de missões diplomaticas no exterior;

b) autorizar a intervenção federal nos Estados, no caso do art. 12, n.º III, e dos empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipios;

c) iniciar o projecto de lei a que se refere o art. 41, § 3.º;

d) suspender, excepto nos casos de intervenção decretada, a concessão de força federal nos Estados, quando as necessidades de ordem publica não a justificarem;

Art. 91. Compete ao Senado Federal:

I, colaborar com a Camara dos Deputados na elaboração de leis sobre:

a) estado de sitio;

b) systema eleitoral e de representação;

c) organização judiciaria federal; d) tributos e tarifas;

e) mobilização, declaração de guerra, celebração de paz e passagem de forças estrangeiras pelo território nacional;

f) tratados e convenções com nações estrangeiras;

g) commercio internacional e interestadual;

h) regime de portos; navegação de cabotagem e nos rios e lagos do dominio da União;

i) vias de comunicação inter-estadual;

j) systema monetario e de medidas; banco de emissão;

k) socorros aos Estados;

II, materias em que os Estados têm competência legislativa subsidiaria ou complementar, nos termos do art. 5.º, § 3.º;

III, examinar, em confronto com as respectivas leis, os regulamentos, expedidos pelo Poder Executivo, e suspender a execução dos dispositivos illeaes;

IV, propor ao Poder Executivo, mediante reclamação fundamentada dos interessados, a revogação de actos das autoridades administrativas, quando praticados contra a lei ou elivados de abuso de poder;

V, suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer lei ou acto, deliberado ou regulamento, quando haim sido declarados in-

constitucionaes pelo Poder Judiciario.

V, organizar, com a colaboração dos Conselhos Technicos, ou dos Conselhos Geraes em que elles se agruparem, os planos de solução dos problemas nacionaes.

VI, eleger a sua Mesa, regular a sua propria policia, organizar o seu Regimento Interno e a sua Secretaria, propondo ao Poder Legislativo a criação ou suppressão de cargos e os vencimentos respectivos;

VII, rever os projectos de código e de consolidação de leis, que devem ser approvados em globo, pela Camara dos Deputados;

VIII, exercer as attribuições constantes dos arts. 8.º, § 3.º, 11 e 130;

Art. 92. O Senado Federal pleno funcionará durante o mesmo periodo que a Camara dos Deputados. Sempre que a segunda for convocada para resolver sobre materia em que o primeiro deva colaborar será este convocado extraordinariamente pelo seu presidente, ou pelo presidente da República.

§ 1.º. No intervalo das sessões legislativas, a metade do Senado Federal, constituída na forma que o Regimento Interno indicar, com representação igual dos Estados e do Distrito Federal, funcionará como Secção Permanente, com as seguintes attribuições:

I, velar na observancia da Constituição, no que respeita ás prerrogativas do Poder Legislativo;

II, providenciar sobre os vetos presidenciaes, na forma do art. 45, § 3.º;

III, deliberar, "ad referendum" da Camara dos Deputados, sobre o processo e a prisão de deputados e sobre a decretação do estado de sitio pelo presidente da República;

IV, autorizar, se ultimo, a se ausentar para país estrangeiro;

V, deliberar sobre a nomeação de magistrados e funcionarios, nos casos de competência do Senado Federal;

VI, crear commissões de inquerito, sobre factos determinados, observando o parágrafo unico do art. 35;

VII, convocar extraordinariamente, a Camara dos Deputados.

§ 2.º. Achando-se reunida a Camara dos Deputados em sessão extraordinaria, para a qual não se faz mister a convocação do Senado Federal, compete à Secção Permanente, deliberar sobre prisão e processo de senadores, e exercer as attribuições do n.º V, do parágrafo anterior.

§ 3.º. Na abertura da sessão legislativa a Secção Permanente apresentará à Camara dos Deputados e ao Senado Federal o relatório dos trabalhos realizados no intervalo.

§ 4.º. Quando no exercicio das suas funções a Secção Permanente, terão os membros desta o mesmo subsídio que lhes compete durante as sessões do Senado Federal.

Art. 93. Os ministros de Estado prestarão, pessoalmente, ou por escripto, ao Senado Federal, as informações por este solicitadas.

Art. 94. O Senado Federal, por deliberação do seu plenário, poderá propor a consideração da Camara dos Deputados projectos de lei sobre materias nas quaes não tenha de colaborar.

## CAPITULO VI

### Dos orgaos de cooperação nas actividades governamentais

## SECCÃO I

### Do Ministério Publico

Art. 95. O Ministério Publico será organizado na União, no Distrito Federal e nos Territórios, por lei federal, e, nos Estados, pelas leis locais.

§ 1.º O chefe do Ministério Publico Federal, nos juizes comuns, e o procurador geral da República, de nomeação do presidente da República, com approvação do Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos estabelecidos para os ministros da Corte Suprema. Terá os mesmos vencimentos desses ministros, sendo, porém, demissivel "ad nutum".

§ 2.º Os chefes do Ministério Publico, no Distrito Federal e nos Territórios, serão de livre nomeação do presidente da República, dentre juristas de notavel saber e reputação ilibada, alistados eleitores e maiores de 30 annos, com os vencimentos dos desembargadores.

I, competência privativa da Corte de Apelação para o processo e julgamento dos juizes inferiores, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

2.º. Em caso de mudança da sede do juizo, é facultado ao juiz promover-se, com ella ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais.

3.º. Nos casos de promoção por antiguidade, decidirá preliminarmente a Corte de Apelação, em escripto secreto, se deve ser proposto o juiz mais antigo; e, se tres ou mais dos votos dos juizes effectivos forem pela negativa, proceder-se-á a votação relativa ao immediato em antiguidade, e assim por diante, até se fixar a indicação.

4.º. Para a promoção por merecimento, o tribunal organizará lista tripartite, por votação em escripto secreto.

5.º. Os Estados poderão manter a justiça de paz electiva, fixando-lhe a competência, com reserva de recurso das suas decisões para a justiça comum.



# PA' DE CAL

# Glorificando...

# Triste história de um pugilista

## Os esportes no interior

## O campeonato mundial através dos annos

Homens: às terças e quintas-feiras, das 19 às 20 horas, e aos domingos, das 9 às 10 horas.

a andar desorientado sem poder ir  
buscar minhas malas, roupas, do-

Serviu como juiz, o sr. José de



















## O homem que se apresentou nos porticos constitucionais com as credenciais de um Barrabas...

UM COMMENTARIO DO "DIARIO DO POVO", DE CAMPINAS

Augmenta a indignação publica manifestada, em todo o país, ante o audacioso golpe que occupante do Catete, impondo-se a presidencia da Republica como successor de si proprio.

An vezes que se levantam contra o sr. Getulio Vargas, "sol d'antão", campeão de princípios sobre os quaes hoje elle fructifica tripudando, assumem o caracter proprio de rebeldias sagradas da consciencia de um povo, capazes de transformar-se em forca que não se desafia impunemente.

Dentre ellas, por ser de uma incalculavel importancia felle, destacamos a do nosso aplegado collega de Campinas, "Diario do Povo", que em artigo sob o titulo "Surpresas que não surpreendem", assim se faz sentir:

"Por entre as fanfarras das forcas armadas que se postavam perfiladas, gurgulicamente, em frente ao Palácio Tiradentes, a convocação do sr. Brasil imponentemente grande, o maior dos attentados, — que jamais se praticaram em país algum que se orgulhe de quaisquer forcas de civilização, — contra os princípios mais rudimentares de que se originam as sociedades ainda as mais insipientes. Reducto-se assim aquella fenda nascida entre o marulhar das aguas que cercam as ilhotas onde toda a grandeza grega cresceu."

O sr. Getulio Vargas, dispendiosamente, em chibolles, depois de um banho de chuveiro, previamente aquecido por familia diligente, apparece nas vestes talaras que usava Nerezo junto as fontes da Heliade mythologica.

E na contemplação da sua gorilhuza pessoa, o sr. Getulio enunciou-se tanto de si mesmo que disse aos milheos que lhe insensavam o prestigio provisório: — o posto é de sacrificios; nós presuamos enviar os mais patrióticos esforços no sentido de enredar este país; já derramei, até se perder no horizonte, o meu olhar por todos os reconhecidos desta terra grandiosa; nada encontrarei que estivesse a altura de tão levantado commettimento senão a minha sorridente pessoa.

E' esta pois, senhores, a razão maxima e ineludível de que o meu candidato deve ser eu mesmo para não imitar os processos carcomidos em que o Washington indicava o Julio Prestes.

E assim se fez.

No ramarrão de uma ladainha bem decorada em que os devotos, até mesmo os adormecidos, não perdiam a resposta de um "ora pro nobis", o homem se apresentou nos porticos constitucionais com as credenciais de um Barrabas e, como tal, foi preferido a Christo.

Valha-nos entretanto para tão curta vida o consolo de ainda termos na estacada da municipalidade elementos de uma nobreza tão elevada que não se acurva em posições que a moral condemna.

O discurso do deputado paulista, dr. Cincinato Braga, é a espadilha flamejante atravessada junto á porta que defende o "parlato terrestre das esperanças brasileiras" dos assaltos victoriosos, por emquanto, dos que renovam para peor o que tinhamos de aceitavel."

## O presidente que foi escolhido pela Assembléa

A FOSSE DO "NOVO" PRESIDENTE DA REPUBLICA

RIO, 18 (H.). — O presidente da Assembléa Nacional Constituinte, sr. Antonio Carlos, esteve á tarde no palácio da Guanabara, em conferencia com o sr. Getulio Vargas.

Após essa visita, soube-se que ficou assentada a convocação da Assembléa Nacional Constituinte para a proxima segunda-feira, ás 13 horas, afim de que o sr. Getulio Vargas seja empossado no cargo de presidente da Republica, para o qual foi hontem eleito.

O DELEGADO DA DICTADURA EM SAO PAULO PEDIU DEMISSAO

RIO, 18 (H.). — A imprensa vespertina diz constar que o sr. Armando de Salles Oliveira solicitou a demissão do cargo de interventor federal em São Paulo.

A noticia acrescenta que essa demissão representaria apenas uma formalidade ligada ao advento do regime legal.

O GENERAL FLORES DA CUNHA CUMPRIU O PROTOCOLO

RIO, 18 (H.). — O general Flores da Cunha esteve hontem á noite no Guanabara, afim de apresentar cumprimentos ao chefe do governo pela sua eleição para o cargo de presidente da Republica.

O interventor gaúcho aproveitou, segundo se noticia, a oportunidade para pedir ao sr. Getulio Vargas a exoneração do posto de chefe do governo recusado e pedido, sob o fundamento de que o general Flores da Cunha, absolutamente, não havia desmerecido da sua confiança.

BOATOS E PALPITES EM TORNO DO FUTURO MINISTERIO

RIO, 18 (H.). — Todos os jornales vespertinos fazem prognosticos ou registam boatos correntes sobre a constituição do futuro ministerio.

Entretanto, parece que as noticias são prematuras e que só hoje o presidente Getulio Vargas terá inclinado os trabalhos da escolha dos seus novos auxiliares.

Nas rodas da Assembléa, onde se achavam hoje numerosos deputados, admittia-se como certo que São Paulo participará do novo ministerio, como também Minas Geraes. Assinava-se ainda que haverá um ministro da Bahia e possivelmente um do Rio Grande do Sul.

VISITAS AO PRESIDENTE ELEGITO

RIO, 18 (H.). — O interventor Flores da Cunha almoçou hoje com o presidente eleito da Republica, com quem teve prolongada conferencia.

Também estiveram esta tarde no Palácio Guanabara e conferenciaram com o sr. Getulio Vargas, primeiro, o sr. Antonio Carlos, presidente da Assembléa Nacional Constituinte, que também se avistou com o sr. Flores da Cunha e depois cada um, por sua vez, o almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha e o sr. Pedro Ernesto, interventor no Distrito Federal.

Às 15.30 horas chegou ao palácio o sr. Martinho Nobre de Mello, embaixador de Portugal, que foi apresentado ao sr. Getulio Vargas com congratulações pela sua eleição.

A SALTITANTE CARREIRA POLITICA DO DICTADOR GETULIO VARGAS

RIO, 18 (H.). — "A Noite" publica a seguinte nota sobre a carreira politica do sr. Getulio Vargas, registando palavras devida a uma personalidade rio-grandense:

"O sr. Getulio Vargas tem feito

## O que foi fazer ao Rio o "discipulo bem-amado" do sr. Getulio Vargas

O INTERVENTOR FEDERAL EM S. PAULO NAO QUERIA QUE AS OVELHAS TRESMALHASSEM — O SR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA TERIA PEDIDO DEMISSAO

RIO, 18 (Da nossa succursal, pelo telefone). — Justiça seja feita ao povo carioca. Elle, reflexo que é de todo o Brasil, pois aqui se encontram representantes do povo e exponents da cultura de todos os Estados, recebeu, com o maior indifferente, e mesmo com o maior profundo repulso, a eleição do sr. Getulio Vargas.

Desde que se falou na movimentação das esquerdas contra a usurpação do dictador, o carioca, bravo e sincero, cujo sentimento sempre affiora á pelle, tomou-se de uma grande, uma infinita esperança. Embora os líderes da opposição, elles mesmos, não alimentassem esperanças desmedidas, julgando o proprio gesto como um protesto contra a grande usurpação, a gente carioca estava certa de que a maioria da Assembléa Constituinte, á ultima hora, tivesse um supremo gesto de rebeldia á burla de todo e todo incombível. Mas esse gesto não veio. Então, ao entusiasmo seguiu-se, repentinamente, um grande indifferente. Elle, o carioca, reflectindo o sentir do brasileiro de todos os Estados, nada tem a ver com o estado de coisas que ali está.

O sr. Getulio Vargas foi eleito? Pois bem, elle que governa com a turma que o elegeu, pois que por elle mesmo foi inventada. Mas não se diga, depois do ultimo acto da farça,

que o povo lhe bateu palmas. Não, que as palmas essas são reservadas aos 59 verdadeiros representantes do povo, que suffragaram o nome, por todos os titulos illustre, do sr. Borges de Medeiros que, em sua velhice gloriosa, bravamente se bateu, solidário com São Paulo, pela reintegração do Brasil no regime legal.

A FARÇA CONTINUA

Quando aqui chegou, ha poucos dias, o delegado do dictador sr. Getulio Vargas em São Paulo, o sr. Armando de Salles Oliveira, os commentarios em torno dos motivos que teriam determinado a sua viagem foram e continuam sendo os mais pittorescos. Politicos, mesmo constituintes, em palestra, na Assembléa Nacional, na avenida e nas redações dos jornales, em cavacos com os reporteres, particularmente, está bem de ver, reterem-se ao preposto paulista com uma fina malícia.

OS PROVAVEIS MINISTROS PAULISTAS

Um deputado Á Assembléa Constituinte, com quem enavancamos hoje sobre a composição provavel do Ministerio, dizia, abrindo os braços, num grande desolamento:

— Fala-se que S. Paulo dará tres

## O Sindicato dos Ferroviarios da Sorocabana rompe com o deputado Armando Laydner

ESSE REPRESENTANTE CLASSISTA MANTEVE-SE ALHEIO AO GESTO DE SEUS COLLEGAS, NA ELEICAO PRESIDENCIAL

AO deputado Armando Laydner, cuja attitudem na eleição do presidente da Republica o pôz em flagrante incompatibilidade com varios dos seus collegas classistas, o Sindicato dos Ferroviarios da Sorocabana enviou hontem o seguinte telegramma de rompimento:

"Deputado Armando Laydner, Paulo Tiradentes, Rio. — Delegados regionaes syndicato ferroviarios Sorocabana registam-se classe sua renuncia cargo presidente, bem collectividade ludibriada.

Registam-se ademais proletariado nacional minoria sincera sobre interpretar sentimento massa explorada afastando mystificador seu melo. Guardam consciencia emancipação trabalhadores só poder se obra proprios trabalhadores — Vitalino Costa, Julio Amorim, Antonio Marques, Euclydes Paes Cavalcanti, Eugenio Maldonado, Augusto Leppel."

Os representantes da classe qm a Assembléa divulgaram o sr. Armando Laydner fizeram no mediante declaração de voto manifestando absoluto desinteresse pela eleição presidencial, acompanhada dos motivos justificadores desse gesto.

## COGNAC ALCATRÃO

Do sr. J. B. Queiroz, estabelecido como escriptorio de representações á rua Santo Amaro, 105, nesta capital, recebemos um livro do finissimo "Cognac de Alcatraz", fabricado em São João da Barra por Joaquim Thomaz de Aquino Filho.

Esse preparado, além de delicioso paladar, é recomendado como grande preventivo nos resfriados.

## As proximas eleições

O PRAZO PARA INSCRICAO DE ELEITORES PROVAVELMENTE SERA DILATADO

Devendo realizar-se dentro de poucos dias após a promulgação da Constituição as novas eleições, tanto para as Constituintes estaduais como para a composição da Camara Federal, está sendo intensificado o serviço de alistamento eleitoral em todo o Estado. Tanto nesta Capital como no Interior já se contam, em grande numero, os postos de alistamento, os quizes, dentro em breve, ainda serão aumentados.

O alistamento já se acha reiniciado desde abril do corrente anno, segundo um decreto federal, publicado em 26 daquele mez. Até hoje, porém, o Tribunal Regional de São Paulo só tem recebido processos iniciados antes de 3 de maio do anno findo, podendo-se dizer que somente agora terio inicio as novas inscrições.

Espera-se que o numero de pedidos de alistamento seja consideravelmente augmentado, á vista da extensão que foi dada ao direito de voto, abrangendo os cidadãos maiores de dezeto annos.

O prazo para inscricao está reduzido, praticamente, a trinta dias, devendo encerrar-se, portanto, á 14 de agosto. E isso porque, determinando a Constituição, em suas disposições transitorias, que as novas eleições se realizem noventa dias depois de sua promulgação e dispondo o Código Eleitoral o encerramento das inscrições sessenta dias antes do pleito, só restam trinta dias para esse trabalho.

Espera-se, porém, que a commissao especial, incumbida de preparar o regulamento das eleições, dilatara esse prazo, uma vez que para o proximo prelo não serão necessários sessenta dias de preparo. Assim, poderão contar com quinze dias mais para o encerramento dos pedidos de inscrição.

ministros. Irá para a pasta do Exterior o Macedo Soares.

E commentou, sarcástico: — O Macedo Soares é todo exterior... Fala-se, também, que a pasta da Viagem será occupada pelo respeitavel sr. Príncipe Monlevade, que ali fará, em relação a S. Paulo, a politica ferroviaria. Irrada pelo sr. Armando de Salles no seu celebre discurso de Araras, o Abelandino (Abelardo Verqueiro Cezar, nome por extenso) irá, para a do Trabalho.

E desoladissimo: — Como as coisas estão mudadas na terra bandeirante! Sob um governo prestigiado pelo Partido Republicano, S. Paulo não pactuava com os inimigos da sua terra e a elle não se achegavam. E' só recordar o quatriennio Hermes, S. Paulo, de consciencia genuinamente civilizada, negou a sua colaboração ao governo federal. E durante um quadriennio ficou sem representantes no Ministerio. Perdeu, por isso, o prestigio? Não. Teve augmentado o respeito e a consideração do resto do país. E hoje? Hoje, sob o governo do sr. Armando de Salles, vê-se que o melhor das allivas tradições paulistas não é levado em linha de conta.

Está ali, não, apenas amargura de um verdadeiro amigo dos paulistas, a critica dos graves erros do actual officialismo paulista.

## Tentativa de morte na av. Celso Garcia

QUIZERAM MATAR O INDUSTRIAL E FERIRAM GRAVEMENTE A TIROS A SUA VELHA PROGENITORA

Na manhã de hontem, registou-se uma grave scena de sangue na avenida Celso Garcia, cujos detalhes a policia procura esclarecer completamente. Dois individuos, armados de revólveres, atiraram numa pobre viúva e foram em perseguição do filho, um industrial ali estabelecido. Chegando ao quarto deste, fizeram fogo. Levantando-se agilmente do leito, o industrial saltou por uma janella, caindo de uma altura de 3 a 4 metros, no pátio da casa; conseguiu pular um muro, enquanto os seus perseguidores davam desesperadamente no gatilho das suas armas, errando mais uma vez o alvo. Em seguida, fugiram.

Avistada a policia, esta compareceu, movendo a quinquagenaria para a casa de Saude Matarazzo e instaurou inquerito, onde depoz o industrial, que relatou os antecedentes do caso.

OS PERSONAGENS DA TRAGEDIA

Thala Sawaya, de nacionalidade árabe, viúva, de 50 annos de idade, e seu filho Moyses Sawaya, solteiro, de 27 annos, são as victimas da sangrenta occorrença.

Ha tempos, Moyses installou no prédio n. 787 da avenida Celso Garcia uma fabrica de doces denominada "Estrela do Sul", tendo egualmente ali a sua moradia.

Dias após, foram trabalhar no estabelecimento, os irmãos Nicola e Michel Miki. Ficou o pairoo muito amigo dos seus dois novos auxiliares, tanto que elles foram morar na propria fabrica, levando também uma sua irmã, Milla Miki.

Passam-se os annos. Ha mezes, surgiu uma divergencia entre os dois empregados e o chefe da fabrica, que redundou num escandaloso.

JURANDO TIRAR UMA VINGANÇA

Os Miki pretendiam ficar socios da firma, auferindo lucros, sem entrar com capital. Diante da negatividade de Moyses, que tomou um novo socio, surgiu o caso. O industrial foi accusado como autor da infelicidade da irmã Milla Miki. Foi dada ordem á policia e nada ficou apurado quanto á responsabilidade de Moyses Sawaya no acto infame.

Os dois irmãos juraram, então, exterminar o jovem industrial, abandonando a fabrica e architectando uma oportunidade para executarem o plano terrivel.

Moyses, entretanto, pôde falar á autoridade relatando o facto tal como o reproduzimos acima.

Para completo esclarecimento da tragedia, a policia está activando diligencias, no sentido de serem capturados os dois criminosos, que respondem pelos crimes de tentativa de morte e aggressão.

A POLICIA NO LOCAL

Estava de plantão na Central da Policia, o sub-delegado Accacio Pinto Nogueira, que, avisado do occorrido, incontinenti se dirigiu ao local, acompanhado de um escrevente. O facultativo da Assistencia, que acompanhava a caravana, examinando Thala Sawaya, determinou a sua prompta remoção para uma casa de saúde, onde deu entrada sem poder prestar qualquer informação.

Moyses, entretanto, pôde falar á autoridade relatando o facto tal como o reproduzimos acima. Para completo esclarecimento da tragedia, a policia está activando diligencias, no sentido de serem capturados os dois criminosos, que respondem pelos crimes de tentativa de morte e aggressão.

Em 1932, S. Paulo levantou-se em armas contra o poder dictatorial. O movimento civilisador empolgou todo o Estado, e nem sequer esse arm e contagio desse memoravel acontecimento as moças paulistas. Todos trabalharam, todos combateram o governo constituído. São Paulo considerava o seu peor inimigo o sr. Getulio Vargas, que lhe mandava a cabeça, e que só a muito custo, sob influencias poderosas, conseguia em nomear o embaixador Pedro de Toledo.

E milhares de vidas preciosas foram sacrificadas em favor da grande causa constitucional. Vitoriosos o Governo, atendendo a essas funções poderosas, manda proceder ás eleições para a installação da Constituinte. Ainda ali a impressão de seu ardor. S. Paulo mais uma vez dá novo exemplo de suas convicções de sua altivez, de sua civilização. Por S. Paulo unido foi a bandeira de combate ao governo dictatorial. Todos escolheram uma causa única, que foi victoriosa em toda linha, permitindo, ao apenas que, sob a influencia governamental, fossem eleitos certos deputados, enquanto o ovo escolhido 19.

Tudo mundo esperava uma attitudem de combate por parte dos representantes paulistas. Elos, em sinal de protesto, tal não aconteceram, porém, indagando a representação os representantes escaramuçaram, tendo vindo para recusar a instalação do país, outro não seria o seu objectivo. Toda e qualquer providencia que apressasse esse auxilio encontraria todo o apoio da bancada. Passasse o tempo, e S. Paulo approvava actos do governo que elle se reputava sem responsabilidade, e de seus collegas paulistas, souzaram impugnar.

Approxima-se o prazo presidencial. Pela voz de seus delegados, os deputados paulistas declaram que votariam em um nome que não fosse o do chefe do governo, mas que reunisse possibilidades que viciavam. Mais tarde declararam que votariam em branco, e, finalmente, escolheram o dr. Borges de Medeiros como uma homenagem a esse grande vulto da politica nacional.

Transcorreu o pleito, e, com excepção de quatro, os demais deputados suffragaram o nome do chefe do Governo. Era o que se dizia na Camara, e as circumstancias comprovavam, apesar do sigillo do voto.

S. Paulo deve estar se sentindo a actualização de seus desejos e verificar que foi inútil o cerramento do sangue de seus fillos. Inútil, mas não esteril, pois o sacramento do mandato injustiçado não pôde quando o povo novamente for chamado a se manifestar nas urnas.

Amanhã, publicaremos a opinião do dr. Eduardo Monteiro.

Em 1932, S. Paulo levantou-se em armas contra o poder dictatorial. O movimento civilisador empolgou todo o Estado, e nem sequer esse arm e contagio desse memoravel acontecimento as moças paulistas. Todos trabalharam, todos combateram o governo constituído. São Paulo considerava o seu peor inimigo o sr. Getulio Vargas, que lhe mandava a cabeça, e que só a muito custo, sob influencias poderosas, conseguia em nomear o embaixador Pedro de Toledo.

E milhares de vidas preciosas foram sacrificadas em favor da grande causa constitucional. Vitoriosos o Governo, atendendo a essas funções poderosas, manda proceder ás eleições para a installação da Constituinte. Ainda ali a impressão de seu ardor. S. Paulo mais uma vez dá novo exemplo de suas convicções de sua altivez, de sua civilização. Por S. Paulo unido foi a bandeira de combate ao governo dictatorial. Todos escolheram uma causa única, que foi victoriosa em toda linha, permitindo, ao apenas que, sob a influencia governamental, fossem eleitos certos deputados, enquanto o ovo escolhido 19.

Tudo mundo esperava uma attitudem de combate por parte dos representantes paulistas. Elos, em sinal de protesto, tal não aconteceram, porém, indagando a representação os representantes escaramuçaram, tendo vindo para recusar a instalação do país, outro não seria o seu objectivo. Toda e qualquer providencia que apressasse esse auxilio encontraria todo o apoio da bancada. Passasse o tempo, e S. Paulo approvava actos do governo que elle se reputava sem responsabilidade, e de seus collegas paulistas, souzaram impugnar.

Approxima-se o prazo presidencial. Pela voz de seus delegados, os deputados paulistas declaram que votariam em um nome que não fosse o do chefe do governo, mas que reunisse possibilidades que viciavam. Mais tarde declararam que votariam em branco, e, finalmente, escolheram o dr. Borges de Medeiros como uma homenagem a esse grande vulto da politica nacional.

Transcorreu o pleito, e, com excepção de quatro, os demais deputados suffragaram o nome do chefe do Governo. Era o que se dizia na Camara, e as circumstancias comprovavam, apesar do sigillo do voto.

S. Paulo deve estar se sentindo a actualização de seus desejos e verificar que foi inútil o cerramento do sangue de seus fillos. Inútil, mas não esteril, pois o sacramento do mandato injustiçado não pôde quando o povo novamente for chamado a se manifestar nas urnas.

## O homem que deu á luz uma criança

A OPINIAO DE NOTAVEIS MEDICOS PAULISTAS — O QUE AFFIRMA A SCIENCIA

disse o conhecido mestre, sobre o curioso assumpto:

"O sr. colloca-me em posição difficil, porque esta questão não é para ser tratada em jornal leigo. E' preciso que demos um redilhado todo especial ao assumpto para que dentro os leitores do "Correio" ninguém possa corar.

Começo, por dizer que a palavra hermaphroditismo não é justa e aquella que devemos adoptar é androgyna, segundo os tratadistas e de accordo com o grande mestre J. J. Pizarro.

O hermaphroditismo, na inteira significação do vocabulo, isto é, a reunião dos dois sexos, no mesmo individuo com posse de exercicio duplo, é o sexo de accordo com a vontade desse individuo, não existe.

Ha casos da pessoa ter glandulas que pertencem a ambos os sexos, mas o predomínio dos genitais tem que seguir para a direita ou para a esquerda, isto é, para o lado masculino ou feminino. Como muito bem diz Graves, no seu tratado de Gynecologia, é uma questão glandular com função interna.

O individuo nasce com a completção femina, mas um dia os instinctos proprios acordam e verifica-se que se trata de sexo opposto.

Os casos superabundam tanto para um como para outro sexo. O hermaphroditismo puro, real, não existe, por isso, dá-se a estes casos o nome de pseudo-hermaphroditismo.

No espirito da lenda é que houve a reunião dos dois corpos, não com o nome de hermaphroditismo, por

que esse foi dado ao filho de Mercúrio e Venus, um bello typo de rapaz completo. Seu nome é a composição dos de seus paes Hermes e Aphrodita.



Dr. Luciano Gualberto

Nas Metamorphoses, Ovidio nos conta que Hermaphroditus, indo banhar-se proximo á fonte a que presidia a nymphia Salmacis, foi por ella visto. A nymphia sente o coração perturbado diante das suas graças completas. Procura-o, exhorta as suas caricias e elle foge-lhe, perdendo-se por entre as moitas de um rosal.

Então, Salmacis, doente de amor, dirige-se aos deuses e lhes supplica de unil-a a Hermaphroditus, de tal

norte que os dois corpos constituíssem um unico ser.

O rogo foi attendido e Hermaphroditus, por sua vez, implorou á Venus e a Mercúrio que todos que se banhassem nuaquella fonte soffressem a mesma transformação.

Na escultura atheniense e acarianna, Hermaphroditus era symbolizada por um cubo sobre o qual jaziam unidas as cabeças de Hermes e Aphrodita, cujo symbolo era venerado pelo povo.

Mais tarde, os artistas reuniram as perfeições dos dois sexos que tiveram como maxima expressão o marmore de Polyclés, verdadeira obra prima.

Isto é, o que se encontra, mais ou menos, no terreno da poesia.

Nos domínios da sciencia o pensamento é diverso.

Os professores Oscar de Souza e Aloysio de Castro dizem no seu livro "Dystrophia genito-glandular" que adoptam a palavra falso hermaphroditismo, seguindo os classicos, porque, de facto, não se pôde admitir verdadeiro hermaphroditismo na especie humana e nos animaes superiores.

Leitão da Cunha, na sua Anatomia Pathologica, manifesta-se do seguinte modo: "Hermaphroditismo verdadeiro, com duplicação integral dos órgãos genitais internos e externos, não existe no homem e na mulher. E' apparente, podendo ser mais ou menos perfeito.

Ch. Deblèvre (Vices de conformation des organes genitaux de la femme) diz-nos: O hermaphroditismo perfeito, com desenvolvimento

ambas as funções, não se encontra na especie humana nem em outro mamifero.

Dubreuil (Leçons d'Embryologie humaine) fala sobre a evolução do chamado ovotestis mas com evolução terminal deficiente.

Kustner (Gynecologia) refere que nas classes mais baixas do reino animal encontramos o hermaphroditismo como facto normal; em algumas especies de mamiferos encontramos o como monstruosidade; no homem, até hoje, não foi ainda demonstrado um verdadeiro caso. Faure e Stridey (Gynecologia) affirmam que o hermaphroditismo verdadeiro, isto é, a reunião, no mesmo individuo, dos dois sexos, é duvidoso.

Labadie Lagrave et Leguen (Gynecologia) pensam que o hermaphroditismo não existe sinão na série animal, jamais sendo observado na especie humana.

Fargas (Gynecologia) assegura que o hermaphroditismo verdadeiro, isto é, a capacidade para os dois sexos, não existe.

Hofmeier e Schroeder (Gynecologia) dizem que quasi todos os casos de hermaphroditismo verdadeiro pecam pela má observação, mas não nos citam os que não pecaram por esse facto.

Deixei de parte para remate o caso de Bernard Schütz (Archives de Virchow - 1868) cujo objecto de observação era uma tal Catha Rowmann, que externamente era homem e que, dizem (?) tinha catamenios, e o caso citado no Magazin de Millin que é muito complicado para o seu jornal, mas que segue a pauta da opinião dos mestres.

Veja pois, que o homem que deu á luz uma criança na Argentina não era, mais nem menos, que mulhier. E' apparente, podendo ser mais ou menos perfeito.

Ch. Deblèvre (Vices de conformation des organes genitaux de la femme) diz-nos: O hermaphroditismo perfeito, com desenvolvimento

de unil-a a Hermaphroditus, de tal

norte que os dois corpos constituíssem um unico ser.

O rogo foi attendido e Hermaphroditus, por sua vez, implorou á Venus e a Mercúrio que todos que se banhassem nuaquella fonte soffressem a mesma transformação.

Na escultura atheniense e acarianna, Hermaphroditus era symbolizada por um cubo sobre o qual jaziam unidas as cabeças de Hermes e Aphrodita, cujo symbolo era venerado pelo povo.

Mais tarde, os artistas reuniram as perfeições dos dois sexos que tiveram como maxima expressão o marmore de Polyclés, verdadeira obra prima.

Isto é, o que se encontra, mais ou menos, no terreno da poesia.

Nos domínios da sciencia o pensamento é diverso.

Os professores Oscar de Souza e Aloysio de Castro dizem no seu livro "Dystrophia genito-glandular" que adoptam a palavra falso hermaphroditismo, seguindo os classicos, porque, de facto, não se pôde admitir verdadeiro hermaphroditismo na especie humana e nos animaes superiores.

Leitão da Cunha, na sua Anatomia Pathologica, manifesta-se do seguinte modo: "Hermaphroditismo verdadeiro, com duplicação integral dos órgãos genitais internos e externos, não existe no homem e na mulher. E' apparente, podendo ser mais ou menos perfeito.

Ch. Deblèvre (Vices de conformation des organes genitaux de la femme) diz-nos: O hermaphroditismo perfeito, com desenvolvimento